

# TRANSCRIÇÃO

S4292J3 - Cons. de Saúde 09 11 2016

28 de março de 2017

## **PARTICIPANTES**

Vozes femininas identificadas: F1

Vozes masculinas não identificadas: M

Vozes femininas não identificadas: F

José Alves

Edvande

Carlos

Luiz

Jacildo

Mario Lucio

Orlando

Lucia

Ana Boabaid

Edna

Dúbia

Graziela

Vera

Lucinéia

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

03 horas, 24 minutos e 04 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Padrão

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

A Audiotext Serviços e Cia. Ltda se reserva o direito da imprecisão dos nomes escritos, uma vez que os locutores serão identificados conforme a pronúncia de seu nome. Uma vez que esta transcrição não tem valor legal, o cliente tem o direito de fazer quaisquer alterações que julgar necessárias nas identificações aqui utilizadas.

---

(INÍCIO)

[00:30:00]

Lucia: Boa tarde, às 14 e 30 de nove de novembro de 2016. Presentes quatro conselheiros, vamos aguardar às 14 e 30 para a segunda chamada.

Temos 13 conselheiros presentes e são 14 horas e 35 minutos. Vamos iniciar a reunião com a segunda chamada. Como temos hoje a justificativa da falta do presidente do conselho, Sr. João Batista, eu solicito que o vice-presidente conduza a reunião nessa tarde.

José Alves: Boa tarde a todos, peço que todos os conselheiros tomem seus assentos, por favor. Queria agradecer a presença de todos, agradecer também aos técnicos do conselho pela organização da nossa reunião e desejar uma tarde produtiva. Temos problemas gritantes no nosso SUS Mato Grosso, que requer da gente muita reflexão, esforço e encaminhamentos resolutivos desse pleno. Vou passar para nossa secretária Lucia para ela explicar o segundo e terceiro ponto da aprovação da ata, e o expediente relevante.

Lucia: Boa tarde. Então, a ata do mês de outubro eu digitei e editei no computador em casa. Estava tudo pronto e levei para a CES para fazer as correções, coloquei no meu computador da CES e apagou todos os arquivos. Acabei perdendo a ata inteira, por isso não encaminhei para vocês junto com a pauta. Agora tenho que fazer ela de novo, por isso não foi encaminhada para os senhores. Quero informar do expediente relevante, nós temos aqui a justificativa de falta do João Dourado da CUT; do presidente do conselho, Sr. João Batista e o conselheiro Oscarlino também pediu para comunicar a ausência por questões de trabalho. Temos outro expediente relevante que trata da nomeação do Conselho Regional de Farmácia aqui presente, com o conselheiro Fábio; o Fórum em Defesa do Adolescente e a Funasa. São três resoluções já encaminhadas e reiteradas pela quinta vez, sem homologação. Porém, colocamos para ser feita com data retroativa para não prejudicar nossa reunião e nem a instituição ficar

prejudicada em sua participação na reunião do pleno. Temos também a resolução quatro que trata das comissões, que também não foi publicada; a resolução seis que trata do fluxo da CIB e CES, também não publicada; resolução oito que aprova a resolução da CIB referente às resoluções 083 até 111 de 2015, também passou por esse pleno e não foi publicada; resolução dez que trata da Comissão Organizadora da Plenária Estadual de Conselheiros, a ser realizada agora dia 22 também não publicada; resolução 11 das Comissões Permanentes não publicada; das reuniões de outubro a resolução 12 até 18 também não foram publicadas. Então para conhecimento desse pleno. Temos também um convite do Conselho Regional de Odontologia de um Seminário de Política Pública de Saúde Bucal do Estado de Mato Grosso. Tem aqui o convite impresso e vou passar para os senhores, quem tiver interesse depois manifestar na (CG) [0:41:31] CES. Um quinto expediente relevante também foi encaminhado pela conselheira Ana Boabaid, de retirada do seu nome da Comissão Organizadora da Plenária de Conselheiros. Tem um documento também recebido do COSEMS, que manifestou dificuldade para participação na plenária em 2016. Ela pede que o conselho faça em outra data no ano de 2017. Mas ela representa o secretário de Saúde e mandou esse documento para nós. Em relação a este documento aqui, como ela trata de plenária é uma solicitação feita pelos secretários de Saúde, eu queria só esclarecer que é um evento direcionado aos Conselhos de Saúde, aos conselheiros. Então como ela fala em nome da participação dos secretários de Saúde, temos que considerar que a plenária é direcionada à participação de Conselhos de Saúde, e não do secretário de Saúde. Ele como presidente ou membro vai participar também, mas temos aí três participantes além do secretário municipal de Saúde.

F1: Lu, eu não entendi essa parte do...

Lucia: O COSEMS mandou um documento, e como eu preciso passar para vocês todo documento que recebo, esse o COSEMS... Ela pede que seja realizada a plenária em 2017. Ela faz essa solicitação para o Conselho de Saúde, porém estou esclarecendo que já tem uma pauta aqui que trata da plenária, mas para que os senhores não deixem de considerar que a plenária é realizada direcionada à participação de conselheiros. Já está planejada para ser executada dia 22, estamos trabalhando nesse sentido. Então já mobilizamos o município, encaminhamos inscrição, já recebemos inscrições inclusive de muitos municípios... Não, esse documento trata de plenária de conselheiros. Aí na pauta tem pedido sobre a plenária e vocês depois podem entrar em mais detalhes. Agora é só o informe mesmo.

José Alves: Boa tarde a todos de novo, tem algumas...

Ana Boabaid: Senhor presidente.

José Alves: Conselheira Ana.

Ana Boabaid: Eu gostaria de colocar no expediente relevante, não sei se a Lucia esqueceu, que nós acabamos de vir de um seminário nacional, que inclusive foi o seminário da mulher. Foi um seminário de Pré Conferência Nacional da Saúde da Mulher. A primeira conferência nacional aconteceu há mais de 30 anos, e inclusive foi mobilizadora da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Nós estivemos numa oficina, num seminário de dois dias onde reuniu o estado todo. O convite veio de última hora, então foi convidado assento da mulher, no qual fui representando junto com a Secretaria Geral. Aqui também pedimos uma pauta para deliberar a Conferência da Mulher 2017.

José Alves: Conselheiros, temos algumas alterações em nossa pauta que já vou orientá-los. Na pauta 4.1, que seria a primeira a discutirmos, temos duas comissões para formar nessa tarde para atender a pauta 4.2. Teremos que acrescentar mais duas comissões. Então vou ler, e se vocês quiserem acrescentar na pauta 4.1, é o Comitê Estadual de Promoção da Equidade e Educação Popular e o Conselho Consultivo de Acompanhamento do Fundo Estadual de Combate à Erradicação da Pobreza, da (CEPAS) [0:48:27].

Edvande: Senhor presidente, eu quero solicitar a inversão de pauta para que o último seja o primeiro, que é a deliberação sobre o adiamento da plenária. Foi uma solicitação que fiz.

José Alves: Ok Edvande, só vamos formar essa e já atendo sua demanda. Todos entenderam? Então reforçando, na pauta 4.1 - além dessas duas comissões - ainda temos que formar um comitê e um conselho consultivo. Vamos precisar de nomes que queiram compor essas comissões, comitês e conselhos. Comitê Estadual de Promoção da Equidade e Educação Popular e o Conselho Consultivo de Acompanhamento do Fundo Estadual de Combate à Erradicação da Pobreza, da CEPAS. Tudo bem? Esclarecidos? Vamos submeter a demanda do conselheiro Edvande e depois fazemos a composição dessas comissões, ok? O conselheiro Edvande pede a inversão de pauta, que na proposta dele é para que a pauta 4.10 seja a 4.1. Todos esclarecidos? Submetendo então a aprovação dos senhores e senhoras. Quem aprova a inversão de pautas que se manifeste. Contrários? Abstenções? Temos 13 conselheiros e oito votos, então peço a participação de todos. Aprovada a inversão de pauta. Então dando segmento, pauta 4.1, o adiamento da 9ª Plenária Estadual de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares de Mato Grosso. Conselheiro Edvande.

Edvande: Senhores conselheiros, senhoras conselheiras, boa tarde. Eu quero iniciar dizendo que esse mês é importantíssimo para nós do movimento social negro, porque é o mês que celebramos e comemoramos a Semana da Consciência Negra no dia 20 de novembro, em homenagem aos líderes negros e em nome do Zumbi dos Palmares, que foi morto nesse dia. Mas nós temos aqui no estado do Mato Grosso outros quilombos, um dos mais requisitados e conhecidos é da nossa líder Teresa de Benguela, lá do Quilombo de Quariterê na margem direita do Rio Guaporé, nossa primeira capital do estado de Mato Grosso, a 540 quilômetros daqui. Esse é um mês de celebração dessas conquistas e lutas. Eu tomei a iniciativa de solicitar esse ponto de pauta, de inversão da plenária dos conselheiros, primeiro porque nem a portaria foi publicada. Então não tem nem como darmos andamento numa coisa ilegal, sendo que a portaria não foi publicada. Segundo, eu recebi mais de 15 ligações dos municípios mais longes, como Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Vila Rica, Santa Terezinha, Cotriguaçu, Rondolândia dizendo que não vêm participar dessa plenária por já estar no final do exercício financeiro das prefeituras, e não há mais tempo hábil de emitir passagem e nem diária para esses conselheiros. Como sabemos que a plenária foi criada em 95 em Salvador, com o objetivo de fortalecer os conselheiros para uma troca de experiências, temos que fazer para todos os municípios - os 141 do estado, e não para aqueles que podem estar mais próximos, como Cuiabá e Várzea Grande, da Baixada Cuiabana. Se nós fazermos o que está previsto para 700 conselheiros, na minha previsão não conseguimos nem cem. Então não é uma plenária de conselheiros, será uma roda de conversa. Aí a gente termina não atingindo o nosso objetivo. Eu estou propondo, já conversei com o (Jacildo) [0:53:46], nosso coordenador da Plenária Nacional de

Conselheiros para que possamos adiar para maio do ano que vem. Ainda precisamos ver uma data. Adiar para ano que vem, lá para depois do início do exercício financeiro. Acho que na primeira quinzena de maio dá para a gente trabalhar a contento. Não vejo necessidade de fazermos essa plenária às pressas, até porque a nacional já aconteceu. Nós já estivemos em Brasília, já debatemos a plenária nacional e agora estamos já no início da celebração do renascimento do nosso Senhor Jesus Cristo, que é o Natal. Então já estamos nessa reta aí. Obrigado.

José Alves: Conselheiro Carlos, pela ordem.

Carlos: Carlos, representante de patologias. Eu peço licença ao companheiro Edvande. Senhor conselheiro, me desculpe, mas eu não concordo com o adiamento dessa plenária. Nós estamos numa briga ferrenha contra o governo e a gestão para que se mantenha o SUS funcionando. Ano que vem temos duas plenárias - Conferência das Mulheres. Nós marcamos aqui nesse plenário e foi decidido que haveria essa plenária, eu dediquei 15 dias do meu trabalho para que isso acontecesse. Agora simplesmente vamos decidir, porque o governo está irresponsável? Não. Logística quem faz é a Secretaria Geral, nosso trabalho é dedicar como vai ser feita a maneira. Não vamos aceitar esse adiamento, porque se não temos a oportunidade no momento de reunir os 141 municípios, que venham os que puderem. Não adianta sairmos daqui e irmos no interior para falar bonito, fazer oficina e no final: "Senhor secretário, o senhor está convidado. MP, você está convidado. Conselheiros, vocês estão convidados". E agora na última hora vamos adiar? Que responsabilidade é essa que temos? O Conselho de Saúde era tão mal afamado aí para baixo, nós ouvimos isso em Cárceres. Estava eu e

a Ana lá, o pessoal falou para a gente: “O Conselho nós chamamos e ninguém responde”. O momento é esse, queremos fortalecer o SUS, e não adianta adiarmos para maior. Nós temos em abril duas conferências, que falta de responsabilidade é essa nossa? Nós temos dinheiro, por que não vamos fazer? Tivemos tempo hábil, começamos isso há dois meses. Agora no último momento vamos simplesmente decidir? Senhores, eu não aceito. Voto contra. Quem tiver consciência da responsabilidade que tem, e se quisermos melhorar... Estamos hoje com as filantrópicas paradas, por falta de competência do governo. Estamos com hospitais parados, estou com os médicos que mexem com transplantados parado, mas ninguém do interior vem dizer isso para mim. Eu só sei isso de última hora. Nós tivemos em Cárceres agora e tinha medicamento de um ano e meio parado na SAF, e a média falou para mim, diante da Ouvidoria, que ela não estava recebendo medicamentos porque eu não tenho contato com essa pessoa. No momento de termos o contato numa reunião, nós dispensamos. Não concordo e peço a todos que não votem a favor do adiamento dessa plenária.

José Alves: Obrigado, conselheiro Carlos. Pela ordem, conselheiro Luiz.

Luiz: Boa tarde a todos e todas. Eu quero fazer uma ponderação com relação ao documento que o COSEMS enviou formalmente, esclarecendo que em nenhum momento... Acho que deve ter algum ruído na forma de como foi escrito o entendimento dos conselheiros, porque isso foi encaminhado para cá no intuito de colaborar para o êxito e resultado dessa ação que se pretende. Não sei se os senhores conselheiros e conselheiras estão acompanhando o que os municípios estão passando no atual momento, com relação a toda essa crise anunciada e vivida pelos gestores

nas 141 cidades do Mato Grosso e no Brasil à fora. Acho que os senhores são conhecedores disso. Atualmente é pouco provável que nós das secretarias municipais, a partir da semana que vem, muitos dos municípios já não estão empenhando mais nada. O que está chegando é praticamente para garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e pagar servidores, nada mais está sendo feito com relação a empenhar. Todos sabem que é crime deixar restos a pagar. Então a situação dos municípios é essa, a intenção do COSEMS quando solicitou isso foi no sentido de que uma ação como essa produzisse os melhores resultados possíveis, porque sabemos da importância dessa plenária, e o que ela representa no dia a dia das responsabilidades que dizem respeito ao controle social. Foi isso, eu vim aqui e estou nesse momento como representante dos 141 municípios, solicitando para que seja acatada essa nossa reivindicação. A questão não é só vir secretário, mas de possibilitar a logística para que esses conselheiros cheguem aqui. Isso hoje, pelo o que estamos acompanhando dos municípios, não existe mais essa possibilidade, salvo algumas raras exceções. Além de outra situação, que hoje dou um exemplo pessoal do meu município. Vou ter que catar dedo para ver quem é que vem nessa plenária, até porque pela situação do conselho e da organização disso no meu município, eu nem tenho mais conselheiros. A maioria de representantes de profissionais, por exemplo, não tem. Os usuários tudo bem, mas a partir do ano que vem isso muda tudo. Mais de 50% da representação desses conselheiros com certeza se darão com outras pessoas. Então no nosso entendimento achávamos que isso poderia ser melhor potencializado os resultados, serem mais eficazes para o conjunto da obra como um todo. É isso, em nome do COSEMS estamos aqui

reafirmando o documento e pedindo para que seja adiada para primeiro trimestre de 2017.

José Alves: Pela ordem, como o Jacildo é coordenador nacional da plenária, quando a pauta se refere a isso ele tem voz nesse pleno. Jacildo, três minutos.

Jacildo: Boa tarde a todos os conselheiros. Jacildo, coordenador de Plenárias de Conselhos de Saúde e presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantina. Vou na mesma leva que os colegas acabaram de citar, eu estive agora semana passada em Brasília e uma das preocupações dos estados onde haverá troca de coordenadores, eles praticamente estão todos passando para o ano que vem, por conta exatamente dessa preocupação que o conselheiro do COSEMS acabou de citar aí. A troca do comando municipal e de diversos conselheiros de saúde que teremos para o ano que vem. Só para vocês terem uma ideia, para conhecimento desse conselho, começo de 2015 a gente já veio solicitando a Plenária de Conselhos de Saúde. Mas no começo do ano passado nós praticamente não tivemos... Tivemos três reuniões que seriam tratadas, referente à plenária, e não tivemos quórum nesse conselho para tratarmos sobre o assunto da plenária. Então foi postergando e acabou não tendo quórum. Era para ter no começo desse ano, no primeiro bimestre, mas acabou também não tendo condições, que em maio desse ano trouxemos para novembro. Estamos vendo esses imbróglios que o governo do Estado está fazendo conosco para justamente esvaziar nossa plenária. Nós não podemos cair nessa armadilha, porque teremos uma plenária totalmente esvaziada. Essa é minha preocupação, pelo atual momento em que o Estado e o país estão passando. Se nós fizermos uma coisa esvaziada, até nós vamos ficar sem

mais créditos do que já estamos. Eu, enquanto coordenação de plenária, vou no quórum do Edvande que temos que passar isso para ano que vem. Pegarmos carona com conferências que possam vir e fazermos a plenária ano que vem.

José Alves: Obrigada. Pela ordem, conselheira Edna.

Edna: Boa tarde a todos e todas. Ontem tivemos uma reunião da qual nós entendemos, a comissão eleita nesse pleno, de manter essa data por conta das dificuldades que estamos vendo em todos os conselhos. Estamos com muitos conselhos desativados, conselhos que não funcionam, que estão ligando... Não sei nem como está aprovando. Tem conselho que está há um ano sem publicar a composição do mesmo. São muitas as irregularidades dos conselhos de saúde, de forma gritante. Já trabalhamos toda a questão do projeto, já encaminhamos as (TR) [1:06:18], acho que depois a Lucia pode explicar em que pé estão. Acho que agora precisa somente de mobilização e definição da metodologia, porque trabalhamos para isso. Eu gostaria que, com carinho, a gente olhasse a questão da participação do controle social, que realmente estão dizimados. Na maioria dos conselhos temos dificuldades. É tanta dificuldade para virem quatro conselheiros para Cuiabá de forma paritária, é muito pagar quatro diárias para esses conselheiros estarem aqui? Temos que fazer essa reflexão. Acho muito importante esse momento de plenária, porque até pensamos trabalhar a realidade dos conselhos. Dessa vez vamos trabalhar de forma diferente, porque estamos entendemos que tem que trabalhar as dificuldades extremas dos conselhos de saúde.

José Alves: Obrigado conselheira Edna. Pela ordem, conselheiro Mario Lucio.

Mario Lucio: Boa tarde a todos e todas, Mario Lucio da Associação Mato-grossense de Deficientes. Ontem estive no conselho e observando toda a linha de discussão fiquei meio chocado, viu Edvande? Primeiro pela atitude de um conselheiro vir e pedir mudança de pauta, e mudança de uma plenária sem passar por outros membros da comissão. Outra coisa que observo é a fragilidade desse conselho. Estamos muito frágeis, nossas discussões estão extracampo do conselho. Todas essas coisas que as interfere vem de fora para dentro querendo passar por cima do pleno, parece que nós pensamos, cremos naquilo que pensamos e já colocamos em pauta e queremos que passe. Não é isso, é amplamente discutido. Eu creio que aqui estou representando uma entidade não-governamental, e eu gostaria de chamar uma plenária das não-governamentais para discutirmos nossas atitudes dentro do conselho. Nós precisamos tomar mais atitudes dentro do conselho, ter mais organização - coisa que não estamos demonstrando - para que possamos melhorar toda a condução desse conselho diante do governo do Estado e da sociedade que representamos. Eu acredito que precisamos ouvir a executiva para ver se está tudo colocado em seu devido lugar para essa plenária sair, já tem os recursos? Dá para tocar? Porque se der, pelo menos aquilo que cabe às pessoas com deficiência do estado do Mato Grosso, nós entidades vamos para os municípios e vamos trazer nossos representantes para essa plenária. Nós precisamos disso e não podemos deixar escapar a oportunidade de fazer a discussão da saúde. Nós estamos há quanto tempo vendo o esfacelamento da reabilitação, que nós representamos aqui, pessoas com deficiência? Passamos pelo governo do Estado lá dentro do centro de reabilitação dizendo que não atende mais crônicos. Estou com 55, quando comecei nesse conselho eu tinha 25 anos. Era outro homem,

hoje tenho outras sequelas e preciso ainda mais do centro de reabilitação. Então nós estamos brincando de discutir às vezes, a responsabilidade eu trago para nós conselheiros. Eu, conselheiro Mario Lucio, eu deficiente não consigo trazer toda a discussão aqui para dentro. Eu não concordo, conselheiro Jacildo, quando você coloca que ano que vem vamos pegar carona. Não podemos fazer isso, temos que andar com nossas próprias pernas e condições. Então eu acredito que se tivermos oportunidade e tudo pronto, que mantenhamos essa data.

José Alves: Obrigado conselheiro Mario. Conselheiro Orlando. Conselheira Ana.

Ana Boabaid: Obrigada Orlando, fico feliz quando acho um cavalheiro, porque está difícil. A plenária de conselheiros para mim, neste momento, seria para fortalecer o SUS. Inclusive eu ouvi de um índio na nossa andança, trabalhando com controle social e ouvindo o clamor dos conselhos municipais para que tenha a plenária, que tenha um fortalecimento do SUS. Eu ouvi de um índio me falando assim: “Nós não podemos deixar de nos reunirmos, precisamos fortalecer o guardião do SUS. O SUS é o guardião de vida”, o índio falou. Eu vim com aquilo na cabeça com um grupo menor, com a Edna, Orlando, Claudinha... Nos reunimos e falei: “Gente, é um nome bom para nossa plenária”, e foi colocado na comissão. O Edvande até meio que não quis, mas eu propus que colocasse esse nome - SUS, Guardiã de Vida. Agora quem é o guardião, quem tem que defender o guardião, se não essas instituições que são 50% de usuários de Mato Grosso, 25% de trabalhadores de Mato Grosso e 25% de governo? Então nós vamos reunir só a hora que tiver tudo na maré boa? Vamos fazer o quê, festa na maré boa? Ou vamos colocar nossa realidade de Mato Grosso numa metodologia

de Paulo Freire, onde se discute a realidade e extrai os problemas, e se faz encaminhamentos? Eu gostei muito da fala do Mario Lucio quanto a nossa responsabilidade. Quanto ao orçamento, ficou muito pouco para o município. Todos os conselhos não dependem de gestão, nós estamos subestimando o controle social, que é o órgão superior, deliberativo e propositivo; espaço conquistado democraticamente pelo povo brasileiro. É esse espaço que temos que defender, é o espaço de defesa do SUS que defende vidas. O transporte é o de menos, a ANDE, o NEON, o Movimento de Negros, todo mundo tem movimento no interior. Se o conselho, se a gestão não garantir orçamento legal do controle social que venham de jegue. Vamos buscar e fazer alguma coisa, porque é momento de mobilizar. Não é firula, é sério. É buscar resolutividade para evitar que o povo de Mato Grosso fique aleijado e morra na fila, como está acontecendo em MT. Precisamos fortalecer o SUS. Quando nosso parceiro Luizinho defende essa questão da representação de governo, nos municípios temos uma realidade através do monitoramento que se muda o representante de governo, mas os assentos de representantes continuam os mesmos. Temos um grande problema nos municípios, que esse pleno tem que mobilizar. Os representantes de trabalhadores estão sendo indicados pelo governo e não pelas instituições de classe, isso tem que ser visto sim. Deixar que a gestão manipule 25% do assento que é do trabalhador, que tem que ser assentado pelos conselhos de classe, e não indicados pelo gestor. Falta de capacitação de municípios é um dos piores indicadores, e isso faz sim com que os conselheiros - de relevância pública - fiquem submissos à governantes. Nós temos que fazer política de saúde, e não política de governante. Esse é o alerta de reflexão que trago para esse pleno.

José Alves: Obrigado conselheira Ana. Conselheira Dúbia.

Dúbia: Boa tarde a todos e todas, conselheiros e conselheiras. Eu colocaria três pontos para conduzirmos e encaminharmos nessa continuidade do debate, que acho extremamente relevante. O primeiro é saber o quantitativo que temos hoje de conselheiros que vão participar. Então vamos fazer um evento, vamos buscar essa plenária, mas qual é o quantitativo que temos hoje? Já temos dia 22. Segundo ponto, está tudo preparado para esse pessoal vir? Como está, Lucia e a comissão que está a frente? Ou está tudo meio a meio e vamos ficar naquela correria? O terceiro ponto, acho que ambos os lados... A plenária tem o seguinte encaminhamento no que eu coloco e trago para vocês, o principal é fazermos um debate que vai trazer um produto. Se fizermos um debate aqui e usarmos tudo isso, e não trouxermos um produto para trabalharmos ano que vem, acho que temos que rever. Eu colocaria esses três pontos para ser encaminhado. O quantitativo de pessoas que temos hoje, já está tudo pronto para receber essas pessoas no dia 22? E se vai sair, qual produto vai sair para trabalharmos em 2017.

José Alves: Obrigado conselheira Dúbia. Acho que ela faz três questões que ao meu ver, remete à comissão responder. Ao final devolvemos a ela, existe uma comissão formada para organização da plenária e ela deve ter essas informações. Pela ordem, conselheira Graziela.

Graziela: Boa tarde, conselheira Graziela do MOPS. Eu queria perguntar para a secretária geral dos encaminhamentos, conforme nossa conselheira Danubia também já colocou. Era isso, para vermos quais são os encaminhamentos, se tem condição, se não tem, e aí já colocarmos em votação.

José Alves: Obrigado conselheira. Então retomamos ao Edvande, que é o coordenador eleito para essa plenária, para responder as questões levantadas.

Edvande: Na verdade, estivemos lá em umas três reuniões, e reunimos os coordenadores financeiros. Em relação a logística, já existe a questão de alimentação e hospedagem. Algumas coisas é a secretaria, essa coisa de aquisição lá. Na verdade, e de acordo como foi deliberado aqui na plenária na época da Luciana, está previsto para 700 conselheiros. Vejam bem os senhores, minha defesa não é problema de realizar ou não; não vai sair nada do meu bolso. O problema é que não vai atingir o objetivo. Se é dia 22 e 25 agora, nem o edital foi publicado. Está no exercício, não podemos fazer para 700 pessoas e virem cem pessoas, ainda mais sendo maioria do governo. Os municípios mais longes dizem que não têm como vir. Eu não posso fazer uma plenária de conselheiros para 141 municípios e 700 pessoas, e chegar no dia e ter 80, cem pessoas numa roda de conversa. Então vamos sentar entre nós e fazer essa roda. Primeiro que não tem mais necessidade... Tudo isso que está colocado eu sei, que a 241, a 55, 257, mas isso não temos mais força hoje de intervir nesse processo. Podemos fazer manifestação direta aos nossos parlamentares e senadores, mas o objetivo central da plenária é fortalecimento do controle social dos conselhos e conselheiros. As quatro partes. Se está previsto para 700 pessoas, no meu ponto de vista...

F: Conselheiro, o número de pessoas que têm para essa plenária, inscritos?

Edvande: A Lucia pode falar, mas eu acredito que não passe de uns 20 ou 30. Não estou defendendo adiamento no meu ponto de vista, por estar em Cuiabá, e nem da Baixada Cuiabana. Estou olhando o ponto de vista dos

conselheiros lá do interior, o mais longe. Eu gostaria que alguém viesse de Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Cotriguaçu... Quero que estejam aqui conosco para essa troca de experiências, que é o principal. Ano que vem estaremos todos nós defendendo essa mesma bandeira que está aí, com essa crise econômica e esse governo ruim que foi eleito. Inclusive outro homem lá nos Estados Unidos quer fazer guerra para nós negros ir lutar lá, acho que é uma coisa que temos que fortalecer e não enfraquecer. Minha defesa estou defendendo do ponto de vista dos conselheiros do interior, e não meu aqui de Cuiabá.

José Alves: Obrigado conselheiro Edvande. Conselheiros, fizemos uma rodada de debates e tem novos pedidos de inscrição para uma segunda fala na mesma pauta, o que regimentalmente não é permitido. Mas não quero interditar o debate, se vamos abrir para um, vamos abrir para todos os pedidos. Ou passamos para a fase de encaminhamentos. Conselheiro Carlos pede a fala, e quem quiser falar de novo na mesma pauta que se pronuncie.

Carlos: Senhores, Carlos da patologia. Eu fico triste em ver um conselheiro coordenador pensar tão pequeno, isso é pensar pequeno, dizer que não vamos conseguir trazer 80 pessoas. Se eu carregar nas costas dos interiores aqui eu trago de bicicleta. Agora diz que um município não tem condições de mandar quatro conselheiros aqui? Temos que dar andamento. Estou conselheiro hoje, ano que vem não estarei mais, mas outro conselheiro que sentar na minha cadeira tem que dar o encaminhamento àquilo que estou fazendo. Todo diretor de hospital quando assume no lugar do outro tem que dar continuidade. Agora vamos ter uma plenária, os conselheiros que aqui participarem, e o que for definido nesse conselho será o que vamos usar ano que vem ou nos posteriores. Todo mundo está discutindo a 241, a

55, mas estamos esquecendo a nossa realidade de hoje. Vocês que são trabalhadores, não sabem o que é estar na porta de um hospital procurando a UTI. Vocês não sabem o que é estar ali vendo uma pessoa de 82 anos morrendo dentro de um pronto socorro, porque somos omissos e preguiçosos; não acreditamos naquilo que fazemos. Se nós tomamos posição de fazermos saúde, vamos fazer saúde com responsabilidade. Vamos lembrar que quem está na Cotriguaçu, se tiver interesse que a saúde de sua família seja melhor, ele estará aqui. Quem estiver em Cuiabá e também não se interessar, também não vem. O interesse parte primeiro do conselho, temos que acreditar no que fazemos. Se não acreditarmos, meus amigos, digo para vocês que esse conselho não está servindo. Está na hora de mudar o conselho.

Ana Boabaid: Questão de ordem, senhor presidente. O conselho pelo regimento não vai ficar inscrevendo duas ou três vezes, depois você reclama de eu falar muito. O conselheiro Orlando cedeu a fala para mim e inverteu, ele tem a fala ainda.

José Alves: Está difícil administrar, eu submeti uma possibilidade que feriu o regimento e vocês assim definiram. Pela ordem, conselheiro Luiz.

Luiz: É muito rápido, é aquela questão da não obediência formal às regras pré-estabelecidas. O que eu disse anteriormente, conselheira Ana, ninguém aqui está negando o papel do conselho e dos conselheiros, e de onde precisamos chegar para que os resultados atinjam o cidadão, aquele precisa do SUS. Não adianta fazermos discurso bonito e reafirmação, porque isso todos nós sabemos. O que queremos é estarmos conscientes, isso é papel e responsabilidade nossa como conselheiros, para que o produto dessa ação traduza em resultados concretos para aquilo que está pré-

estabelecido. É só isso. Quando nós colocamos a posição do COSEMS, é que os municípios agora, nesse exato momento, estamos encerrando um ano financeiro com final de mandato com uma crise que não vou repetir, e que a maioria desses municípios - inclusive o meu - já não empenham mais nada. Nós não temos condições legais de mobilizar ninguém. Eu acredito que outros conselheiros que se pré-disporem a vir estarão presentes, mas não é a realidade dos 141 municípios hoje no estado de Mato Grosso. Vocês sabem e estão conscientes disso que repasses do Estado, estamos à mercê disso também para fechar nossas contas e entregar o mandato como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda depender de algumas decisões e encaminhamentos em relação a recursos do Estado para os municípios de Mato Grosso. É isso, é resultado. Eu acho que se o resultado for eficaz, e a plenária, os conselheiros terem consciência disso, então realizem a plenária e acabou. Nós estamos colocando uma preocupação com o resultado dessa ação, se vai ter eficácia ou não.

José Alves: Obrigado conselheiro Luiz. Conselheiro Orlando.

Orlando: Sinteps Mato Grosso, segmento usuário. Eu queria dialogar com os companheiros Edvande e Jacildo com relação ao o que está colocado aqui em pauta. É óbvio que a gente não vai aqui... Todo mundo conhece a síndrome do touro. Ele sai batendo cabeça para resolver seus cabeças, então não vamos usar a síndrome do touro para resolver o problema. Eu, inclusive quando na última reunião da plenária não participei devido as demandas do Sinteps Mato Grosso, mas penso quê... Até utilizando um pouco desse discurso das companheiras Edna e Ana, o companheiro Mario Lucio também e do Carlos, a Edna fala do nosso poder de mobilização. Eu concordo, temos um poder de mobilização de trazer esse pessoal, porque

não temos outra saída. A companheira Ana fala da questão de salvar vidas. Acho que a plenária é também um ponto de chamar a atenção do que está ocorrendo nesse estado. Eu estive essa semana sofrendo, com dor na alma, e eu apelei para a companheira Sandra - da Ouvidoria - e para a Ana para que pudéssemos ajudar a salvar a vida de um companheiro lá de Alto da Floresta, que graças a Deus está na UTI daqui e está salvo. Fomos nós que conseguimos intervir para que esse companheiro estivesse aqui salvo, porque se deixasse para o sistema simplesmente ia a óbito. Hoje vim uma matéria de uma companheira que perdeu o irmão com uma liminar na mão. Então eu vejo, para concluir, senão o José Alves não consegue administrar nossa reunião... Nós temos que mobilizar, temos que acreditar. O Carlos e o Mario Lucio também defendiam, temos que mobilizar, nos organizar internamente e realizar. Penso que o prejuízo vai ser menor realizando a plenária, embora tenhamos esse problema dos conselhos, que alguém tem que tomar posse, não tomou posse. Aliás, mais do que os conselhos que não foram homologados, têm também as entidades que não se pronunciam. Como a Ana disse, são entidades que são omissas, e temos que tornar público. Então diante dessa situação eu peço aqui para que o companheiro Edvande e o Jacildo dialoguem, no sentido de nos debruçarmos e, com base no que foi colocado aqui para os outros companheiros, realizarmos a plenária. É isso.

José Alves: De imediato, conselheira Vera.

Vera: Boa tarde a todos aqui presentes, eu queria colocar algumas reflexões e que pudéssemos já contribuir para a finalização dessa pauta. É evidente que a conjuntura hoje exige que a gente mobilize e agregue para interagir, para fortalecer e fazer o enfrentamento da crise que está aí. Como já foi

colocado aqui a crise existe, mas é uma cultura de crise. Estão aumentando muito mais a crise para que aceitemos o que for apresentado, isso precisa ficar claro. Precisamos entender que existe uma crise, mas é uma cultura de crise. Temos que pensar se temos vontade política para fazer essa ação ou não, é um ponto que precisamos decidir. E aí eu pergunto para o Luiz se há um esforço, esse momento pede que agreguemos, que nos reunimos e debatemos, porque a gente só vai superar isso se estivermos juntos e unidos. Se não dá para fazer como foi desenhado, faz o que é possível, porque temos fôlego e força para fazer. Se não dá para virem todos os municípios, quem pode vir? Talvez conversando com os municípios se pode mandar um ou dois que tenham essa função de multiplicar isso lá. Essa é uma sugestão que coloco, dessa possibilidade. Não dá para fazer para 700, fazemos para 50 de modo que possamos pensar o momento de sentar e refletir, fazer um aparato e pensar nisso. É lógico que vivemos hoje um momento de cooptação muito grande. O fato de que não dá para fazer porque não tem condições, acho que a secretaria executiva pode viabilizar o mínimo possível para fazer. É importante que a gente demarque um momento de refletir e debater. Com isso eu quero dizer que existe uma Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, é um movimento grande e tem em todos os estados do Brasil. Vai ter um seminário em Goiânia dia 26 e 27 de novembro. Também teve dificuldade de inscrição e mobilização, mas precisamos fazer o mínimo. Não dá para fazer três dias? Faz só um dia, mas tentamos fazer uma coisa mais simples de modo que a gente estabeleça um momento de resistência e de luta. Eu acho que precisa fazer isso, porque a perspectiva é essa. A PEC 55 está vindo aí e precisa ficar claro que o desmonte e o golpe está se dando, foram aumentados os salários de todos os outros poderes, menos do Executivo; foi colocado que fazer greve

agora vai ser descontado do salário... Então armou tudo isso para que o segmento Executivo não estabeleça e não se movimento, não participe e não lute. Precisamos pensar numa coisa mais simples, mais pé no chão, verificar que é Executivo e fazer uma coisa de um dia talvez.

José Alves: Obrigado conselheira Vera. Conselheira Lucinéia, e na fala dela fechamos as inscrições da pauta.

Lucinéia: Boa tarde a todos e todas. Ouvindo as falas e me colocando muito na posição de quem não participou do processo, não contribuiu diretamente, também precisamos dar esse crédito aos colegas que estão no processo. Em 2014 a gente participou, muito próximo do conselho, de uma plenária que ocorreu entre o mês de agosto e setembro. Foi uma plenária muito bem organizada lá no Centro de Eventos Pantanal, toda preparada. O grande resultado e percepção de quem participou do processo foi da não vinda dos conselheiros municipais, um baixo número de conselheiros na adesão e mobilização de 2014. Isso nós estávamos num ano que não é o de hoje. Então assim, a gente tem duas posições. A primeira, é preciso que haja uma mobilização. Não podemos deixar de não se manifestar nesse momento que passamos dentro do país, então temos que fazer algum tipo de movimentação. A segunda é que devemos considerar que é um momento, dentro da gestão municipal, que o prefeito responde um processo administrativo se deixar algo em aberto. Ele não vai quebrar isso. Mas isso estou dizendo porque eu estava participando... Me dá o direito de fala, por favor?

José Alves: Vamos garantir o direito de fala da conselheira, por favor?

Lucinéia: Eu estava com a equipe da atenção primária e eles fizeram todo um planejamento de um seminário estadual dos Mais Médicos, toda uma

mobilização da equipe e um trabalho muito bom discutindo a atenção primária dentro do cenário que colocamos. E foi cancelado, porque os prefeitos disseram: “Não vamos descumprir a LRF, não vamos deixar despesas em aberto”, então a equipe ficou bastante frustrada. A sugestão de encaminhamento é, nós temos quantos inscritos hoje Lucia?

Lucia: Depois que finalizar a fala eu posso fazer uma explanada de como está o andamento do administrativo e logístico das discussões.

Lucinéia: Então vamos colocar como proposta de encaminhamento, que haja o movimento dia 22 no período que for com os conselheiros que vierem, mas que sejam reduzidas as despesas. Se estava planejado um contrato com a ata de preço para 700, que reduzamos isso para 200 e 150. Quando é um contrato, você assina pela vigência de um ano, então fazemos o acerto com o prestador de serviço de acordo com o número de pessoas, um limite máximo de 10% a mais e isso deve reduzir para uma... Se pegarmos a experiência de 2014 vai dar estourando 150 conselheiros, então reduzimos essa despesa. Que o objetivo desse movimento seja se posicionar contra o que está posto hoje, mas também que esses conselheiros que estão vindo façam uma reflexão sobre o controle social em seus municípios, e aí coloquem como encaminhamento uma proposta para 2017. É uma avaliação do que ele viveu enquanto controle social e o que ele se propõe e vê para melhorar o controle social dentro do seu município e região para 2017. Parte desse recurso que vai sobrar, porque é um recurso que está na conta e ninguém vai... É da fonte 112, 312? É do Ministério da Saúde ou do Estado? Os dois, então. Podemos usar o do tesouro do Estado hoje e deixar a 312 para o ano que vem, porque ela não acaba e esse dinheiro que sobrar da redução desse ano, fazemos um

processo de qualificação e formação desses conselheiros que irão entrar. Gente, vai ser uma mudança drástica dentro dos contornos municipais. Esse dinheiro que vamos economizar agora a gente repassa, porque com certeza nessa reflexão que os conselheiros vão fazer, a qualificação e a formação será o primeiro ponto de pauta. A gente pode fazer um processo de qualificação para o ano que vem, inclusive de investimento para alocar recursos para despesas de investimento. Esse seria o encaminhamento, ter a mobilização, mas reduzir essa despesa para 2016.

José Alves: Obrigado conselheira Lucinéia. Senhoras e senhores, vou passar os esclarecimentos da secretária para esclarece-los ainda mais sobre a pauta, e passamos para a fase de encaminhamentos e posterior votação. Lucia.

Lucia: Vou pela sequência aqui. Como a fala da conselheira foi sobre o contrato, ele é específico para o evento. Porém não quer dizer que vamos pagar 700 hospedagens e o número de gastos seja pago global. É estimativo, mas o contrato não é de um ano igual fazemos o contrato para atendimento de gravações das reuniões e essas despesas que temos anuais. Ela é para atender a plenária apenas. Ao final da plenária ela não continua mais, senão já teríamos até um contrato do ano passado da conferência, ela acaba quando acaba o evento.

F: Não pode pedir aditamento? Prorrogação por mais um ano?

Lucia: Não, nós fizemos no início do ano um processo para atender o conselho e tentamos fazer de um ano para atender durante todo o ano, e aí aditamos para o próximo. Mas eles mudaram dentro da gestão essa forma, e falaram para fazer específico para plenária, e assim conseguiríamos fazer. Então fazemos conforme a gestão vai orientando.

Nós tínhamos pensado nessa possibilidade de colocar tudo global, e até a moça do logístico pegou o contrato e foi lá apresentar para a comissão, que ia cortar várias despesas, isso e aquilo, e ficou só para a plenária. Então não temos como retornar porque senão paramos e piora o processo. Os pagamentos da despesa são de acordo com o que gasta. A gente acredita que possa ser realmente um número muito reduzido, estamos considerando isso, mas testamos mobilizando. Só vale lembrar que em nenhum evento do conselho as três semanas antecedentes ao evento tínhamos inscrições. Todas elas, três semanas antes tínhamos 50, 60 inscritos, aí na última semana chegam os inscritos, tanto é que acabamos trabalhando até à noite para organizar, porque eles só mandam na última semana, próximo ao evento. Mas aí é uma questão que temos que trabalhar e fazemos desta forma mesmo sendo tardia. Nós deixamos a inscrição até o dia 17 aberta. Então no dia 17 a gente vai saber, mais ou menos. Porém nós podemos para credenciamento se a comissão decidir que faça credenciamento na hora para quem não mandou. Então para nível de organização nós deixamos até dia 17. Mas referente ao logístico, nós já mobilizamos, já fizemos os processos, já estamos organizando. O que nós precisamos é que a comissão se reúna e discuta a metodologia, discuta o que vai colocar nesta programação, defina a programação para caminharmos para o trabalho finalístico que é de camiseta e layout dos trabalhos. Então nós dependemos da mobilização dos trabalhos dentro da comissão, já não é mais questão logística ou falta de logística. Nós começamos a trabalhar isso desse que o dia que a Jacilda passou para nós da plenária, nós começamos a trabalhar esses processos. Então o que não tem ocorrido é um consenso dentro da comissão para que defina a metodologia e a programação. É disso que nós precisamos. Conversei com

alguns conselheiros hoje antes da reunião, pedi para eles se reunirem na sexta-feira de manhã lá no conselho, vou autorizar a entrada deles para definirmos essa programação na sexta-feira, porque eu preciso, segunda-feira, entrar em contato com a empresa que vai fazer a parte de diagramação. Mas eu não posso ter feriado segunda-feira. Eu preciso ser a comissão, trabalhar sexta-feira e finalizar na segunda-feira vou ter que trabalhar e fazer esse encaminhamento. Como todos sabem, aqui no controle social nós não temos feriado, de noite, de dia, quando temos eventos nós trabalhamos direto, até terminar o serviço. Então não contamos com esse feriado, apenas na terça. Aí quanto ao número de participantes nós temos alguns já inscritos. Nós não contamos porque fica em um e-mail a parte, separado, do que recebemos os documentos para não bagunçar e não acabar atrapalhando. Então a gente só abre lá, vai recebendo e deixa lá. Hoje a Luciana fez o trabalho de separar, mas ela não finalizou porque tínhamos outras demandas, nós deixamos para abrir ele mais para frente para ver o que é de conselho realmente, disparidade, nós abrimos tudo junto porque precisamos contar as paridades. Mas já temos vários municípios inscritos. E nós não temos manifestação de município nenhum dizendo que não virá ou que não vai enviar conselheiro. O documento que eu li aqui é do Cosems, um representante do Cosems dizendo que há dificuldade, porém, com certeza saiu de uma reunião, mas nós não temos nenhum documento que diga, de nenhum município, dizendo: “eu não vou participar, meus conselheiros não irão participar”. Então até o momento nós estamos trabalhando nisso. Nós não podemos parar o trabalho da plenária sem que tenha algo oficial. Então para nós a plenária está encaminhando, o logístico está encaminhando. Então não tem nada que atrapalhe a realização dela no dia 22 a 25, independente de

quantos venham ou não. Só lembrando que a despesa é paga de acordo com o acordo de número de participante, de 200, 300, 700, é o número que vai pagar. Nós não fazemos um pagamento global, é conforme gasta.

José: Obrigado, secretária Lúcia. Pessoal, vamos de imediato então. Tem sobre a mesa três propostas de encaminhamento, se houver alguma outra, por favor, se manifeste. Mas a primeira é da comissão de adiar a data do evento para 22 do 11 de 16. Perdão, para maio de 2017. Do conselheiro Edvande, então, ao meu ver é o coordenador desta comissão. Então proposta um, adiar a plenária de conselheiros do estado de Mato Grosso para maio de 2017. A proposta dois é a recusa disso, então manter a data de 22 de novembro de 2016. E a terceira proposta da conselheira Lucinéia é que a gente mantenha, mas faça um replanejamento com o número de inscritos e adequação de logística para esse número. É isso? Todos esclarecidos? Em fase de votação, quem concorda com o adiamento do evento para maio de 2017 que se manifeste. Quem concorda com a proposta de manter a data de 22 do 11 de 2016? E quem concorda com a manutenção da data, mas o replanejamento do evento? Abstenções? Em fase de votação não aceita questões de ordem, conselheiro. Mantida então a data de 22 de novembro para o evento. Você faz por escrito, conselheiro, por favor.

Orlando: Presidente, me permite.

José: Conselheiro Orlando.

Orlando: Então, já foi aprovado e dado acompanhamento. Eu queria reforçar aqui nesse nosso encaminhamento que foi aprovado, Edna, o nosso poder de mobilização. Nós temos aí as rádios comunitárias, as secretarias de saúde municipais, o próprio (inint) [01:46:26] de saúde. Nós

temos o Tribunal de Contas que está amanhã discutindo a questão da saúde, falando sobre consciência cidadã, vamos precisar o Tribunal de Contas para ajudar divulgar, mobilizar. Além de nós, nas outras rádios, TV, por que? Porque é o nosso poder de mobilização para que seja realizado no dia 22.

José: Conselheiro Edvande.

Edvande: Eu estou renunciando a coordenação da plenária, eu acho que estou devolvendo ao Jacildo que ele estava afastado devido a eleição, mas é o coordenador nacional, é o coordenador natural da plenária dos conselheiros. Eu deixo a coordenação por não concordar com essa data.

José: Há um esclarecimento na mesa, conselheiro Edvande, que o senhor é coordenador da comissão. O coordenador da plenária é o Jacildo. Você está abrindo mão da coordenação da comissão, é isso?

Edvande: Da coordenação.

José: Acolhido a sua demanda. Nós temos dois pedidos de renúncia desta comissão. Você mantém na comissão? Na comissão você se mantém?

Edvande: Fico na comissão mas sem ser o coordenador.

José: Obrigado. Ok. Pauta então 4.2 e aí eu peço a atenção dos senhores e das senhoras. A pauta 4.2, 4.3 e 4.4 são pautas da gestão e que chegou à mesa que não tem condições de saúde para comparecer, a conselheira Luceli Grace e, portanto, ela pede que essas pautas sejam adiadas para a próxima reunião. É isso. Deixa só eu esclarecer porque não vai discutir. Pessoal, peço a atenção dos senhores e das senhoras. Tem a pauta 4.3, se vocês observam bem, apresentação, discussão e deliberação sobre a não apresentação do relatório anual de gestão. Então recorrentes vezes a

gestão tem pautado prestação de conta neste pleno e não tem comparecido. Nós estamos falando de relatório anual de gestão de 2015. Nós estamos falando da execução orçamentária do primeiro trimestre de 2006. Eu não vou ficar surpreso se chegarmos em 2017 e o governo dizer que teve superávit de arrecadação depois de tanta falta de dinheiro para os municípios alegando que não tem caixa. Eu não sei, ele não vem aqui prestar conta. Dizer que não tem dinheiro parece que não explica, tem que vir aqui prestar conta. E olha para a pauta, o que nós vamos fazer? O que nós vamos encaminhar e deliberar sobre a não prestação de conta? Essa pauta não se trata de prestação de conta, se trata da nossa posição quanto a não prestação de conta, o que nós vamos deliberar. No meu entendimento essa pauta não é da gestão e não precisa ser adiada porque a pauta não é dela, essa pauta é nossa. Que posição vamos tomar diante da postura do governo que não vem nesse plano para prestar conta com o relatório anual de gestão e execução orçamentária de 2015. Essa é a pauta. Esclarecidos? Eu vou submeter ao pleno a proposta de retirada da pauta porque ela encaminhou esta proposta e eu tenho que submeter a vocês. E de acordo com a resposta de vocês nós mantemos ou tiramos a pauta. Todos esclarecidos?

Ana: Seu presidente.

José: Conselheira Ana.

Ana: Nós estamos comentando aqui, somos da comissão de orçamento, visto que o governo até hoje, há mais de anos já, do ano passado para cá não conseguiu se organizar, eu acho que nós temos que fazer um encaminhamento em relação a essa pauta, a essa omissão porque senão

nós vamos ter que responder pela Lei nº 141 também. Então nós temos que botar em votação o nosso encaminhamento aqui.

José: Sim, conselheira, só esclarecendo novamente, a conselheira Luceli pede a retirada de pauta, primeiro tenho que submeter o pedido dela. Se esse pleno aceitar a retirada de pauta não se discute. Se esse pleno manter a pauta, nós abrimos a discussão da pauta. Ok? Todos esclarecidos? Em fase de votação.

F: Qual que é a justificativa?

José: Saúde. A Luceli alega que não tem condições de saúde para estar aqui hoje. Todos esclarecidos? Em votação, quem acolhe a proposta da conselheira Luceli de adiar a pauta 4.2 e 4.3.

F: Retirada?

José: Retirada. Conselheiro Mário.

Mário: Com ressalva. Que da próxima, com ela ou sem ela nós vamos tocar o processo.

José: Então assim, já há uma proposta aqui quanto a pauta, de retirar a pauta, encaminhar para o primeiro ponto de pauta da outra e aí sem permissividade de novo adiamento. Seria isso? Todos estão... Isso é consenso de todos? Em fase de votação, quem concorda com a proposta do adiamento da pauta para a próxima reunião de dezembro com a ressalva de que não permitirá mais o adiamento, se manifeste. Contrários? Abtenções? Aprovada então. Primeiro ponto de pauta, 4.2, 4.3 e a 4.4. Que pena, gente. De imediato a pauta 4.5, então. Perdão, 4.1. Nós estávamos pulando pela inversão de pauta, mas temos que compor então as comissões das quais nós abrimos a reunião de hoje. Nós precisamos compor a

comissão temporária de política de controle de agrotóxico. E precisamos de cinco conselheiros sendo três usuários, um segmento do trabalhador e um segmento governo. A mesa estará aberta para as inscrições. Segmento governo, Dúbia, segmento usuário Carlos. Quem se manifesta? Conselheiro da universidade está presente? Conselheiro do Meio Ambiente. Compor a comissão temporária de política de controle de agrotóxico. Está formada, está aprovada, mas nós nunca conseguimos formar por falta de componente. Segmento usuário, Emanuel. Ela vai? Trabalhador? Segmento trabalhador? Conselheiro Manoel.

F: Falta um usuário e um trabalhador do agrotóxico.

José: Essa comissão foi... O conselheiro da Universidade Federal de Mato Grosso fez uma postura muito veemente no dia da aprovação desta comissão. Ele não se manifesta para compor? O suplente?

F: O suplente dele também aqui não tem (água) [01:55:37] para trazer suplente.

M: Quantos tem na comissão? Três?

José: Então a comissão será formada com três componentes e duas vacâncias, sendo eles conselheira Dúbia, conselheiro Carlos, conselheiro Emanuel. E aí fica duas vacâncias. Conselheira Miriam. E aí eu faço um apelo para o assento da universidade federal, que teria um peso muito grande nesta comissão, porque está com a pesquisa na mão. Tem muita produção de pesquisa na área de agrotóxico. Ele é governo, mas ele pode compor, a gente não impede a entrada. Ok, obrigado. Outra comissão, comissão inter setorial de saúde do trabalhador. Conselheira Ana segmento usuário.

Conselheira Dúbia segmento governo. Usuário, Sisma, conselheiro Oscarlino.

M: Quantas vagas tem? Tem que ver quantas vagas por segmento.

F: No caso você tem que colocar o seu nome ali.

José: Pessoal, então assim, nós precisamos agora de três conselheiros suplentes desta comissão. Os titulares já foram compostos, precisamos de três suplentes para esses titulares. Conselheiro Orlando.

Orlando: Segmento usuário.

José: Da Ana. Então conselheiro Orlando é suplente da conselheira Ana. Dúbia, um suplente para a Dúbia. É suplente gente. A Dúbia vai em todas. Suplente para a conselheira Dúbia. Dúbia também vai ficar responsável para arrumar um suplente para ele porque tem que ser do segmento governo. Tudo bem? E do segmento de trabalhador, Edna.

F: Então Oscarlino tinha que vir (inint) [01:58:44]

José: Ok, obrigado a todos. E agora as comissões. Ela vai mandar... Cadê as comissões? O comitê. Agora, um componente. Um componente para o comitê estadual de promoção da equidade e educação popular. Edvande. Um suplente para o conselheiro Edvande. Graziela. Obrigado, Graziela. Qual o nome das setas? Um conselheiro para fazer parte do conselheiro estadual consultivo de acompanhamento do Fundo Estadual de Combate a Erradicação da Pobreza. Conselheiro Carlos, usuário. Um conselheiro suplente para o conselheiro Carlos. Um conselheiro suplente. Quem dá mais? Do comitê de erradicação de pobreza das setas. Conselheiro Mário. Agora abre votação. Carlos, os dois querem ser titulares, você abre mão, ou não? Pode? Comparece os dois. Obrigado, conselheiros. Comissões e

comitê e conselho formado. Vou ver todo mundo. Lembramos que há uma vacância na comissão de organização da plenária de conselheiros. Porque a conselheira Ana do segmento usuário retirou o seu nome.

Dúbia: Zé, depois que você falar.

José: Conselheira Dúbia.

Dúbia: Não, eu queria falar sobre Cist. Se dava para sair já deliberado aqui uma data hoje para a nossa reunião. Até porque o Ministério da Saúde está cobrando, vai ter agora um grande encontro da Cist no Maranhão e eu preciso que as pessoas que vão, estejam assim conhecendo a realidade da Cist aqui. A Cist ficava dentro da saúde do trabalhador, dentro de Cerest por muitos anos, porém ela é do conselho. Nós conseguimos esse ano, em abril, trazer ela para dentro do conselho e só agora nós montamos a comissão, onde vai ter que ser ampliado para todas as outras áreas. E eu precisaria desta reunião até para deliberar quem realmente vai para este encontro nacional.

José: Obrigado, conselheira Dúbia. De imediato então, pauta 4.5. Apreciação, discussão e deliberação da homologação da resolução ad referendum número 1/2016, da Secretaria Adjunta de Políticas de Atenção à Saúde da SES. Foi encaminhada pela conselheira Salete, mas hoje a Norma em substituição. É isso?

F: Isso.

José: Norma, está presente?

Luciana: Conselheiro, eu vou fazer os esclarecimentos.

José: Conselheira Luciana.

Luciana: É 4.4? Ele está perguntando.

M: 4.4 foi retirado da pauta?

José: 4.5 na sua folha.

Luciana: 4.4 foi retirada?

José: Foi retirada pela anuência deste pleno, foi transferida para dezembro. O que eu acho uma pena, mas...

F: Presidente, eu queria falar sobre a Cist, o Oscarlino tinha pedido a titularidade e eu ficar como suplente. É isso que eu queria ver para ficar aprovado desta forma.

José: Ok.

Dúbia: Zé, eu queria só abrir e ver se a plenária está de acordo. O Edson está aqui até para esclarecer um pouquinho esta questão da Cist antes da gente continuar na pauta. Será que seria possível? Cinco minutos? Não, continuando na comissão.

José: Tem que submeter. Por força do regimento, então, eu submeto a proposta da conselheira Dúbia de abrir um espaço nesta reunião para o técnico Edson fazer uma fala sobre a Cist. Esclarecidos? Em votação. Quem aprova, que se manifeste. Contrários? Abstenções? Obrigado. Técnico Edson, por favor, você tem dez minutos.

Edson: É rapidinho. Boa tarde, conselheiros. Eu sou técnico do Cerest, Edson, acompanho a Cist desde o início do Cerest em 2004. E temos um histórico aqui, vou até falar do histórico da Cist para as pessoas que não estavam aqui. Nós fizemos duas apresentações, o que é assiste, qual era o propósito do regimento da Cist. E assim vamos fazer um resumo rápido para

o pessoal ter ideia do que é Cist. Cist é uma comissão que está instituída desde a Lei 8.142 onde há participação da comunidade, onde tem a participação do controle social no SUS. E essa participação se dá através do quê? Desta comissão dentro do Conselho Nacional de Saúde, lá tem a comissão Asssiste Nacional. E assim essa comissão também se estende para os estados, ou seja, a Cist também tem participação nesta comissão dentro dos estados. Então no nosso estado, aqui em 1996, começou através da resolução 8/96, chamada de Ceist, que era Comissão Estadual Inter Setorial de Saúde do Trabalhador. Essa comissão funcionou vários anos aqui mesmo na sala onde se reúne o Conselho Estadual de Saúde. Na época, vários conselheiros, inclusive alguns já não estão mais conosco, como professor (inint) [02:05:27] e a discussão era muito acalorada com relação aos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Anos e anos foi-se dando essas reuniões, só que no regimento prévia que conselho assumisse a Cist, e assim, foi passado os anos e não houve, o conselho não assumiu esta comissão. Em 2004, com a criação do Cerest Estadual, o presidente da Cist era escolhido pelos membros e a secretaria executiva do Cerest, e assim continuaram a ser as reuniões. Em 2009 houve outra resolução do conselho, nós também participamos, a 15/2009, criação da Cist, já mudamos o nome, que era Ceist, começou a ser Cist, que em todo o Brasil chama-se Cist, aí aqui mudamos de Ceist para Cist. E dentro do conselho, o coordenador e o secretário da Cist foram escolhidos entre os membros. A responsabilidade de convocar as reuniões passou para a coordenação da Cist, deixou de ser responsabilidade do Cerest. Foi feito o regimento interno, mas não foi publicado pelo conselho. O conselho designou três conselheiros para compor a comissão. Após o término do mandato da coordenação, não houve outra eleição, e os membros da diretoria

continuar à frente até 2004, na conferência estadual de saúde do trabalhador. No final de 2014 houve uma desarticulação da Cist e não houve mais reuniões, foi um período que ficou parado a Cist. Apesar da responsabilidade e condução da Cist, sendo do Conselho Estadual de Saúde, a equipe do Cerest, nós, juntamente com o presidente do Sisma que também é conselheiro de saúde, o Oscarlino, nós assumimos esta condução no final de 2015 e o processo de reestruturação, onde compôs nova equipe para publicar no diário oficial. Agora em 2016 continua os encaminhamentos com reuniões, houveram algumas reuniões, no sindicato a construção pesada, a construção civil e outros, que era itinerante. E nós fizemos uma comissão temporária. E nesta comissão temporária, o Oscarlino assumiu esta comissão como presidente da comissão. E agora, com o passar dos meses, nós estamos preocupados que esta comissão seja reunida a cada mês, que no regimento fala que todo mês ela se reúne e que seja propositiva para o Conselho Estadual de Saúde. E com essa reunião é que vão se dar as propostas também, uma delas, é fazer a implantação da Cist nos municípios. Tem vários municípios que nós, alguns anos atrás, tínhamos visitado os municípios, tinha organizado todo, inclusive com a participação dos conselheiros aqui, que na época viajamos. E agora o que nós queremos é o quê? O fortalecimento da Cist, que é o fortalecimento do SUS dos conselhos, do Conselho Estadual, o Nacional e os Municipais e a gente gostaria agora que nessa reunião fosse, além de retirar os nomes da comissão, que também seja marcada a primeira reunião. Porque vai ter a reunião lá, Ana, Dúbia, no Maranhão, e nesta reunião eles querem um andamento da comissão, como está estruturada, o que os conselhos estão deliberando com relação a isso. Nós precisamos urgente fazer esta reunião que lá vai ter que apresentar esses dados para uma estruturação e também

nós sabermos o que está acontecendo na Cist de outros estados. Lá vai ser uma reunião, um fórum, para discutir o fortalecimento desta Cist. Então assim, nós aproveitamos aqui para dizer que a Cist é muito importante, por quê? É a única comissão dos conselhos que tem essas datas com todo esse corpo reunido para propor o que tem das instituições relacionados com acidentes e agravos relacionados ao trabalho. Pois se ela não funcionar dentro dos conselhos, praticamente não existe outra instituição assim preocupada e muito menos esperamos que criem novas comissões com relação a isso. E ela já está implantada há muitos anos. Então nós gostaríamos, um empenho de todos, a colaboração de todos, para que nós tenhamos essa reunião mais breve possível. E assim agendada, se for possível ainda para essa semana, ou então início da outra semana. Que a reunião, o fórum será dia 18 no Maranhão. E assim, o Cerest está imbuindo disso aí, porque é uma das forças que nós temos aqui no estado que é o controle social, que nós queremos cada vez mais forte, que é para combater esses desmandes de desestruturação do SUS, para que tenhamos força, é através das instituições. Porque caso isso não aconteça, nós sozinhos não temos força para fazer frente a todo esse processo de desmantelamento do SUS que estamos vendo. Então obrigado a todos e qualquer coisa estamos à disposição. Obrigado.

José: Obrigado, Edson, pelo uso racional do tempo, ponderação feita. Esta não é uma pauta, não é uma discussão, ele queria fazer uma ponderação, o que eu acho extremamente pertinente. E estamos avisados, então.

F: Sexta-feira tem reunião da plenária.

José: Mas é a parte.

F: Seu presidente.

José: Essa comissão tem regimento próprio. Eu ia dizer assim, eles que se organizem, o coordenador chama a reunião, convoca todos, mas eles têm regimento próprio, então seguir regimento. Eu acho que lá está estabelecido quem convoca, quem reúne, quanto, aonde. Conselheira Ana.

Ana: Ana Boabaid. Eu só queria dar os parabéns, boas vindas ao retorno da Assite, que para mim era visível isso para dentro do conselho, porque essas comissões, como a comissão que foi reconstituída hoje de população negra, no futuro da intersectoriedade da mulher, são comissões de intersectoriedade que vai fortalecer este controle social.

José: Obrigado, conselheira Ana. Conselheira Dúbia.

Dúbia: Eu só queria ainda, novamente, falar, por mais que tenha um corpo próprio, por já estar aqui o pessoal da comissão e por tempo hábil de irmos mais fortalecidos para esse encontro nacional, com uma pessoa que direcione, você poderia sair daqui quebrando essa questão do protocolo sendo que estão todos aqui, nós poderíamos agendar esta reunião para sexta-feira.

José: Os componentes da comissão se manifestem. Pode? Registra em ata, então. Você pode, conselheira, falar o local, horário.

Dúbia: Eu posso verificar o local até amanhã e amanhã passar para a Lu e ela já direcionar. Eu posso ver se poderia fazer lá no Cerest, mas eu acho que fica meio contramão para o pessoal. Eu passo para a Lu amanhã.

José: Ok, obrigado.

F: Porque a reunião que está sendo marcada para a Cist está culminando com a mesma data da reunião da plenária.

José: Parece que são componentes diferentes.

F: Eu vou começar a trabalhar de manhã porque eu preciso trabalhar de manhã e a tarde com eles.

José: Ok gente, senão a transcrição da ata... A mesa está em uma pressão aqui democrática porque precisa de um nome para suplente da Dúbia. Então eu me coloco para fechar a comissão como suplente. Você me acolhe? Ok, obrigado. José Alves Martins, suplente da conselheira Dúbia na comissão Cist. Então a composição dessa comissão da Cist, titular, conselheira Ana, conselheira Dúbia e conselheira Edna. Suplentes... Perdão, conselheira Ana, conselheira Dúbia e conselheiro Oscarlino. Suplentes, conselheiro Orlando, conselheiro José Alves e conselheira Edna. Que registre em ata. Obrigado. Pauta 4.5., apreciação, discussão e deliberação da homologação da resolução ad referendum número 1/2016, da Secretaria Adjunta de Política de Atenção à Saúde da SES. A técnica da Secretaria Estadual, Norma, conselheira Lucinéia com a fala.

Lucinéia: Boa tarde a todos e a todas novamente. A professora Norma (inint) [02:14:23] professora Salete, a Norma, que hoje está substituindo a professora Salete, que está de férias, ela não pode estar aqui em virtude de uma outra agenda e pediu para trazermos esclarecimentos sobre essas 4.5, 4.6 e 4.7. Todos tiveram acesso a portaria do ad referendum? Todos tiveram acesso ao ad referendum? O processo de construção do financiamento via fundo a fundo da secretaria, ela iniciou em 2015 com uma proposta do governo eleito de desfazer a lei de 2012, retornando os valores integrais que haviam sido cortados para esta área, atenção primária, regionalização e (inint) [02:15:20] Então em 2015, houve um processo interno dentro da secretaria, de mobilização para se pensar no retorno deste recurso, e se possível em novos critérios para distribuição do recurso. Então em fevereiro

de 2015 houve uma primeira reunião entre a Cesi e o Cosems no seminário de regionalização, e desse grupo saiu três grupos e um deles era do financiamento via fundo a fundo. Esse processo transcorre durante o ano de exercício de 2015, mas sem a efetivação da revogação da lei. Então o grupo discutia, estava pensando na proposta, mas não houve, por parte da assembleia e o Poder Executivo, a revogação da lei. Essa lei é revogada em dezembro de 2015. Só que a (loa) [02:16:14] de 2016 já tinha sido feita. E a área técnica recebeu a orientação de colocar, enquanto orçamento, retornar o valor de 2012, pelo menos se houvesse a revogação da lei, o que estava garantido em 2012 enquanto projeção estaria mantido. E foi o que aconteceu. Então, em 2016, o grupo se reúne, mas em virtude do processo que já estava posto e principalmente pela limitação orçamentária, o que foi construído em consenso junto ao Cosems é que o critério estabelecido para o financiamento via fundo a fundo seria a retomada dos valores praticados em 2012. Então para a política do (Paisi) [02:17:01] que é o incentivo que é dado aos municípios que participam de um consórcio, o critério para repartição do recurso foi, a tabela de dezembro de 2012, da portaria de 2012, os valores que haviam sido reajustados de 2013 até 2015 e a entrada de novos municípios. Então o valor que está hoje lá na planilha, no anexo do (Paisi) [02:17:25] seguiu este critério. Com relação a atenção primária, foi a única política que houve um estudo para refazer a questão da equidade, de se pensar em incentivar. Mas teve um impacto orçamentário de um milhão por mês, a mais. E em virtude da restrição, uma decisão do governo, não foi possível esse aumento de recurso, até porque o que tinha sido planejado foi o de 2012, e aí voltou-se aos valores praticados na portaria de 2012. Então o estudo está pronto, talvez seja utilizado agora para 2017 em uma nova conjuntura, para buscar, inclusive pactuado com o

Cosems, na CIB, que ele aceitou a retirada deste um milhão, desde que houvesse essa discussão novamente para ampliação desse valor. Das três políticas, a única que realmente tinha feito uma nova proposta de política de financiamento tinha sido a atenção primária. Então a atenção primária, o fundo a fundo para PSF, Pascar, que é o agente comunitário de assentamentos rurais e a equipe de saúde bucal, retoma o valor praticado em 2012 antes da redução do governo do Silval Barbosa. Para o programa da regionalização que comporta três políticas, saúde mental, unidade de reabilitação e sangue, ela também mantém os mesmo valores praticados pelo DR e por CAPS. A única ampliação de valor ocorreu na política do sangue, em virtude da aprovação por este conselho, inclusive, do plano diretor de regionalização do sangue. Então a equipe técnica demonstrou que para o cumprimento do PDR era preciso que alterasse o valor per capita, o valor mensal de uma unidade transfusional ou de uma unidade que coletasse. Então para o DR e CAPS mantem-se o valor de 2012 e para a saúde do sangue, aumenta de dois mil e 500 para cinco mil e de mil e 300 para três mil, dependendo se é unidade transfusional ou se é apenas agência de coleta. Então publicamos em março o decreto que regulamenta a lei de 2015 que estingue, que revoga a lei de 2012. E na lei que revoga diz: “o estado tem 60 dias para publicar um decreto que regulamenta isso”. Esse decreto foi publicado dia 29 de março, 456, e ele segue a 141. Então, por exemplo, para definir critérios e a política, os valores, é preciso passar pelo conselho e pela CIB. Então em virtude, nós estávamos com os municípios sem receber recursos, sem essa validade legal, então nós fizemos ad referendum tanto aqui quanto na CIB para que os municípios tivessem já condições de começar a receber o quanto antes esse recurso. Então o 4.5, o financiamento via fundo a fundo para essas três políticas, basicamente

seguiu o critério de restituir o valor de 2012, que havia sido cortado em 50% a partir da lei estabelecida. E aí a proposta é isso ser amadurecido dentro da secretaria para que construa uma política para o consórcio, pense na retomada da atenção primária e também da regionalização.

José: Esses valores estão em dia? Estão sendo repassados em dia?

Lucinéia: A última competência paga foi junho e (Paisi) [02:21:13] abril. A informação que o secretário sistêmico pediu para repassar é que até sexta-feira há um aporte de pagamento de transferência para os municípios, que eu acredito que deva quitar em julho e uma parte de agosto. E as demais vão ser feitas de acordo com o fluxo de caixa do governo, essa foi a informação que pediram para passar da programação de pagamento.

José: Ok, obrigado, conselheira Lucinéia. Só reforçando, a pauta 4.5, 4.6 e 4.7, é ad referendum e trata-se de repasse, alguns involuntários até do governo para os municípios e que isso já está acontecendo não por inabilidade deste conselho, mas porque as pautas foram aí sucessivamente sendo adiadas. Trata apenas de repasse de recursos financeiros então. Pela ordem, descrição, conselheiro Orlando.

Orlando: Orlando, Sintep, segmento usuário. Esses pontos sobre o ad referendum precisa de um aprofundamento em uma discussão mais consistente. Porque quando se trata do incentivo financeiro... Que nem, ontem mesmo eu estava acompanhando parte do debate jurídico no congresso, daquela palhaçada do congresso com relação as PECs, onde está sendo chamado o estado de provedor, que é uma vergonha, aqui é ao contrário, nós é que mantemos o estado e o estado está chamando ele de provedor como se o estado desse comida para o cidadão. Então eu penso que nós temos que reverter esta discussão, ela é muito simplística por parte

do governo. E não é possível fazermos uma análise através desses dados que não estão consistentes. Vejo que até porque o ad referendum ele tem um aspecto mais jurídico que político financeiro para fazermos o debate, entendeu? Ad referendum conselho... Vai comendo mosca do ad referendum, vai comendo mosca. Eu penso que nós temos que sair desse... Não é da fala, não é com relação a fala dela, mas com relação a forma que o governo quer conduzir. Estou falando aqui governo, e tem nome, governo (Pedro Táxi) [02:23:58], da forma que ele quer conduzir o debate, a discussão quando se trata, inclusive, do próprio incentivo financeiro. Então nós temos que aprofundar sobre isso, o conselho tem que ter uma responsabilidade maior sobre isso e sair desse estado de coisa aí de ficar só no debate simplístico do ad referendum. É isso.

José: Conselheiro Luis, pela ordem.

Luis: Como a Lucinéia colocou, essa questão de ad referendum eu concordo com o conselheiro Orlando. Mas como tem acontecido sistematicamente, quer dizer, no caso específico disso... Isso já é coisa que já está sendo praticada. Já aconteceu lá atrás, tanto é pela ordem das resoluções aqui. Quer dizer, praticamente nós já estamos encerrando o ano de 2016 e isso ainda está assombrando o pleno deste conselho com situações de ad referendum que já deveria ter sido resolvido a bastante tempo. Isso não quer dizer que fugimos ao debate de como essas coisas se deram em um determinado cenário, uma determinada circunstância que foi pactuado, são resoluções operacionais de coisa que, obviamente, já passou por esse pleno do conselho enquanto política, enquanto discussão política em momentos anteriores. Quero crer que isso tenha ocorrido quando se discutiu a política. E isso se diz apenas em respeito a operacionalização do

sistema que é uma agenda mais operacional, resultado de uma discussão política de condução e de organização do sistema de saúde no estado de Mato Grosso. E que tem suas instâncias de negociação, de pactuação. E obviamente com acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde. Portanto, essas três aqui que diz respeito a ad referendum, gostaria que ele tivesse o mesmo entendimento e o tratamento, até para ganharmos tempo nelas e aprová-las, a minha proposição no sentido de aprová-las para que pudéssemos também encerrar como etapa de deliberação deste pleno. Se houver alguma circunstância adversa do ponto de vista da política, que ela seja retomada no seio deste conselho, para que ela possa ser aprimorada para processo de organizações e de financiamento das ações de saúde em maneiras mais consistentes, mais lógicas do ponto de vista operacional e que traga os resultados que a sociedade espera com relação a isso. Hoje, não sei se vocês participaram da abertura do fórum, do Tribunal de Contas, houve uma informação complementar do Paulo Taxi, que daqueles 109 milhões repatriado - não sei se vocês estão acompanhando essa discussão - para o Mato Grosso, o que toca o estado de Mato Grosso, 70 milhões desses 109 será para quitar essas dívidas de atraso desta agenda negativa do setor saúde que envolve os municípios de Mato Grosso e conseqüentemente os prestadores de serviço. E aí todo o complexo que é conveniado e contratado, que faz parte desse conjunto de operações e de garantir aí o direito do cidadão. Então se isso, a agenda disso faltando 50 e poucos dias ou 40 e poucos dias para encerrar esse ano vai ser um tempo necessário para nós, como se diz na prática, sentir o gostinho desse dinheiro ou se vamos ter como resultado siso, mas pelo menos um ou dois repasses ainda desse esforço que o governo está fazendo para botar as contas em dia. Nós, como já foi colocado aqui, estamos sentindo isso, nós só temos

mais 40 dias, não dá mais para empenhar nada e nós já estamos fechando para cumprir com os compromissos legais de encerramento de mandato, está certo? Então a proposição é que aprovemos esse ad referendum conforme está pré-estabelecido aqui. Sem fugir o debate posterior com relação ao novo cenário que aí se aproxima.

José: Obrigado, conselheiro Luis. Bom gente, não há mais inscritos, nós passamos para...

Ana: ...eu estou inscrita. Eu me inscrevi depois de Orlando.

José: Conselheira Ana.

Ana: Eu fico muito preocupada quando aqui nesse pleno, se olhar as atas anteriores, eu já coloquei a questão do ad referendum. Ad referendum que se executa, que o conselho desconhece, não acompanha, os contratos não estão vindo, salvo engano, eu participo da comissão de planejamento e finança, não recebemos nenhum contrato. Visualizamos indicadores de falta de atendimento destas áreas. Nós somos favoráveis à atenção primária, mas por outro lado também a nossa representativa, nós não recebemos essas informações detalhadas para dialogar com as instituições. Eu não recebi detalhes que está sendo explicado aqui para eu ter certeza de votação. Para mim fica muito difícil estar aprovando ad referendum sem diálogos. Eu não me sinto contemplada.

José: Conselheira Daniela.

Daniela: Boa tarde, meu nome é Daniela, represento a Federação dos Hospitais Filantrópicos. Eu quero falar a respeito ad referendum 4.7, que é da cirurgia cardíaca, que o beneficiário é o hospital geral, tem algumas informações. O hospital é credenciado e habilitado junto ao Ministério da

Saúde para estar realizando cirurgia cardíaca e recebe esse incentivo do estado para fazer cirurgia aberta. E durante um ano e cinco meses ele realizou os procedimentos e houve atraso nos repasses, ele ficou um ano e cinco meses realizando os procedimentos sem receber o custeio. Ele só conseguiu receber esse valor de custeio após uma negociação no núcleo, na câmara de negociação. Mesmo assim, o estado só fez o repasse de duas parcelas referente ao valor. E continua seis parcelas em atraso. Dias 20 venceu. E dia 20 agora vai vencer mais uma. Durante um ano e cinco meses ele ficou sem receber, na câmara de negociação ele parcelou em seis vezes, o estado conseguiu cumprir só duas parcelas desse parcelamento e já voltou seis parcelas em atraso novamente. O hospital manifesta interesse em estar pactuando mais cirurgia cardíaca para atender a judicialização do estado. Ele está aberto a esta negociação, ele deixa aqui. O valor tabela SUS, mais esse incentivo da toracotomia. E o que impede mais esse procedimento são os (inint) [02:32:12] não é. O hospital sinalizou que há uma demora da gestão em comprar o material e estar disponibilizando para ele estar realizando esse procedimento que é (inint) [02:32:27] a tabela SUS não contempla. E se ele fizer, o auditor (inint) [02:32:32] a IH do hospital. Então a gestão ou faz um registro de preço, faz um protocolo, monta algum fluxo para ganhar agilidade e estamos puxando essa fila de demanda que tem do estado. Obrigada.

José: Obrigado, conselheira Daniela. Nós vamos para a fase de votação então. Mas eu queria reforçar a...

M: ...presidente. Desculpa, presidente. Eu não quero prejudicar a discussão, como ela coloca aí que o período da chamada parceria que tem ainda parcelas em aberto, mas está em aberto para que mantenha o

cumprimento dessa demanda. É isso? É isso que eu estou entendendo. Agora, eu, por exemplo, não sou contra os incentivos financeiros. A minha preocupação é a forma que chega, porque ela tem um aspecto mais jurídico, a questão do ad referendum do que é mesmo da política financeira, é nesse aspecto. Agora, se nós formos votar contra ou a favor eu não quero prejuízo, é isso que quero esclarecimento nesse ponto. Reprovando isso aqui, vai ter o prejuízo nessa condição do atendimento?

Daniela: Essa portaria é uma forma do estado regulamentar a transferência do recurso do custeio, certo. Caso isso seja reprovado, vai ter impacto, eu não sei qual será o posicionamento da gestão, se ele vai formalizar uma nova portaria sem ser ad referendum para passar no pleno, para formalizar a transferência do recurso, aí é a parte da gestão, mas compromete, porque ele não vai ter como manter essas cirurgias que são feitas abertas.

Ana: Questão só de esclarecimento, é que o que temos colocado aqui no pleno, não é contra incentivo, não nada, é que a gente vem para votar o que já está acontecendo, uma necessidade de vida ou morte que o governo não nos respeita para trazer informação antes. Porque esse assento aqui, eu sou representante de uma instituição, eu tenho que dialogar. Não é assim não, traz aqui. Tem que prestar conta lá também, como Orlando, como todos aqui eu acho que tem. Nós temos que ter o mínimo de diálogo e de estudo sobre cada caso.

José: Ok conselheira. Conselheira Lucinéia.

Lucinéia: Só para esclarecer. Houve uma movimentação por parte da equipe técnica que elaborou o decreto 456, e aí quem não teve a oportunidade de conhecer, de garantir que qualquer tipo de transferência para município passe pelo conselho e pela CIB. Então assim, legalmente

reproduz o que está na 141 e dá essa força para o conselho e para a CIB. O problema agora é que essas duas instituições junto com a Cesi, junto com o Cosems, precisa organizar o processo de trabalho que dê conta disso. Porque quando você fala via fundo a fundo ele é rápido, é um processo rápido. Por exemplo, para 2017, as portarias que deverão sair em janeiro ou no máximo fevereiro, já deve ser discutido no conselho em janeiro, ou dezembro. E na CIB também. Então assim, essa é uma fala minha enquanto técnica e enquanto conselheira. Então esse processo precisa ser dinâmico. Como vamos organizar isso dentro do conselho e dentro da CIB, vamos ter que fazer. Para que não seja ad referendum. Eu concordo integralmente, eu acho que ad referendum é pular o sistema, é não discutir a política é não, por exemplo, saber porque não se pagou um ano e meio e teve que ir para o judicial e o judicial virou portaria. Só que nós vamos ter que... Junto a SES, lembrando sempre disso. Acho que ela precisa movimentar também lá dentro para que dê conta disso. O que cabe às áreas técnicas, que estamos fazendo um esforço grande disso, é de publicar a portaria mãe, que nós falamos, e as portaria de pagamento para que o município tenha direito. Então assim, publicado, portaria de pagamento, nós temos até setembro desses fundo a fundo, então o município tem direito de receber até setembro. Agora, o pagamento, infelizmente, aí é lá pelo sistêmico, é fluxo de caixa, e é essa história que estamos ouvindo aí que não tem dinheiro, mas tem excesso de arrecadação para o judiciário. É o que está posto. Mas a equipe técnica está trabalhando para quê? Para publicar as portarias de pagamento o mais rápido possível e a proposta da equipe técnica é publicar mês que vem até a de dezembro para que o município esteja respaldado e as entidades que ela tem o direito, porque com a portaria publicada ela tem direito, dificilmente alguém contesta isso dela. Mas infelizmente o

pagamento está nesse fluxo mesmo de estar atrasado, estar com a última competência agindo para incitar só até abril e as avulsas, que falamos, que são esses serviços pontuais, que a maioria é de decisão judicial em virtude de atrasos que ocorreram anteriormente, estão nessa demora. Porque quando pega o conjunto do 141 passa aí quando cai só uma portaria... Então assim, concordamos com tudo isso, mas a garantia desses ad referendum é a garantia de direito para o município e para o prestador. E concordo que a gente precisa fazer isso para o ano que vem, o mais rápido possível essa discussão.

José: Antes de passar para o conselheiro Edvande eu queria ponderar. Eu acho que não está na nossa pauta a forma como o governo trata esse pleno, pode ser pautado, está livre para qualquer um de vocês pautar. Não está pautado a questão do ad referendum, não traz a pauta em tempo hábil, não manda documento para cá para esclarecer. Isso tudo não está na pauta. O que temos que votar é a continuidade desses repasses, está certo? E lembrar que é o problema gritante da saúde de Mato Grosso a falta de repasse de recursos para os municípios. Acho difícil votarmos contra para agudizar mais o problema, não vamos fazer isso, claro que não. Mas as outras discussões estão livres para se pautar e vira discussão. Mas não é isso que está na pauta. Então o que eu quero chamar atenção é para que a gente não faça falas estranhas a pauta e aí protelarmos a fase de votação. Conselheiro Edvande.

Edvande: O que eu vejo na questão do ad referendum que ele é legal no ponto de vista regimental aqui no conselho. É uma prerrogativa do presidente que está no regimento interno deste conselho dizendo caso de urgência, urgentíssima, que o presidente, que é o secretário, o presidente

pode emitir o ad referendum. Agora, se nós vamos dar continuidade no que ele fez é outra coisa. Mas é uma prerrogativa, é legal de acordo com o regimento interno deste conselho. Agora, o que eu fico, já foi falado aqui, de que tem a comissão de planejamento e orçamento que pode ser convocado de urgência, urgentíssima para discutir essas questões financeiras. E isso não tem ocorrido. Eu, pelo menos, enquanto membro da comissão, não tenho recebido essa convocatória de que a nossa reunião primeira terça-feira do mês. Mas pode convocar de madrugada, meia noite. Eu não tenho problema de comparecer lá para discutir, principalmente uma coisa que vai beneficiar o município que é (inint) [02:40:32] Eu voto pela aprovação, mas com ressalva que de agora em diante tem que pelo menos passar na comissão de planejamento e orçamento essas urgências urgentíssimas antes de fazer ad referendum.

José: Conselheira Ana.

Ana: Eu fico muito agoniada, sabia, com esse conselho, meus 60 anos estão pesando. Porque assim, nós somos militantes do SUS, nós queremos que o SUS funcione. Como o conselheiro Edvande acabou de colocar, nós temos uma comissão. Nós já colocamos aqui não sei quantas vezes para o governo. Se ele pode fazer reunião, porque não convoca o conselho e traz sempre goela abaixo para colocar esse ad referendum na nossa garanta sem discutir, sem conhecimento. É cruel o que se faz com o conselho estadual de saúde. E o que acontece, toda a vez que vem um ad referendum aqui a CIB junta 180, 80 ad referendum e traz aqui. Para minha surpresa hoje, quando vi a secretário geral colocar que passou o fluxo da CIB aqui porque para mim o fluxo da CIB está no livro dez resolução número um, que é passar pelo controle social. Então não sei, até pedi para a Flávia me

encaminhar porque eu não sei qual é esse novo fluxo da CIB. Não sei se de repente vai ser via ad referendum para nós, entendeu? Então eu coloco para vocês, eu tenho muita dificuldade quando fala de vida. Vizinho, pode achar que você está em outro tempo, não está no tempo meu, mas eu fico muito preocupada quando se fala de vida, fico preocupada com a minha instituição, com a lei 141, com a representatividade que eu vou estar deliberando, coisa que eu nem dialoguei. Tudo isso que eu não tenho fundamento. Então, eu, por mim fazia, já que é um assunto tão importante, tem resoluções. Quanto ad referendum tem aqui? Vamos chamar uma pauta extraordinária de ad referendum para termos informação real sem prejudicar. Sem prejudicar o usuário, principalmente as filantrópicas que estão aí anos luz sem receber, nosso estado que está parado. Mas também esse dinheiro não vai cair na conta amanhã, nem depois de amanhã, dá tempo de entendermos e estudarmos esses processos.

José: Obrigado, conselheira Ana. Não há mais inscritos, vamos passar para a fase de votação. E eu queria propor que votemos em bloco. Já que a pauta 4.5, 4.6 e 4.7 se refere do mesmo tema de repasse de recursos, se podemos submeter esta votação em bloco. Ok?

Orlando: Presidente, é Orlando Sintep, segmento de usuário. Tem a proposta da Ana de que a gente...

F: ...faça uma extraordinária...

Orlando: Porque embora o esclarecimento do Edvande procede, que é regimental, mas assim, nós não queremos prejudicar as filantrópicas, não queremos prejudicar, como a Ana colocou, o usuário. Mas assim, precisamos... Aí o encaminhamento da Ana eu estou concordando, nós precisamos aprofundar sobre isso. Porque desse atraso? É conveniente

para quem? Então de repente uma extraordinária nós sabemos que é difícil, mas...

José: Bom, a mesa acolhe qualquer encaminhamento e submete à apreciação do pleno. Ok? Então assim... Conselheiro Luis.

Luis: Acolho com louvor a preocupação da conselheira Ana, mas assim, uma extraordinária para discutir ad referendum. Tem outras. Ad referendum... Quer dizer, o que eu estou entendendo da dificuldade do pleno deste conselho é de absorver o que está acontecendo ao longo do tempo. E que temos que dar a mão à palmatória também um pouco aqui, que é do processo de organização de acompanhamento disso. Se chega no tempo hábil, como que nós estamos acompanhando, como estamos organizando para discutir uma coisa tão relevante quanto isso. Eu sei que já está em discussão nesse pleno, pelo menos ouvi isso passar por aqui. A questão de rever o que deve vir aqui, essas resoluções operacionais que não diz respeito a política, a política já foi discutida, já foi encaminhada. O que é de operacionalizar. Porque isso não ocorre no nível estadual, no conselho estadual, e desdobra também para nós na (inint) [02:45:55] lá nas regionais é a mesma coisa, tem umas coisas que é operacional, isso já passou, já foi discutido. Então estamos colocando duas situações, uma é financeiro, que não tem nada a ver com isso e outra é o fluxo. Não tem como estarmos aqui perdendo os nossos neurônios agora para discutir ad referendum de coisa que aconteceu no começo. Por que essas coisas atrasaram tanto e não chega no tempo hábil? É isso que acho que é o ponto de uma reflexão para nós. Isso que o Edvande colocou, daqui para a frente, se o conselho fazer assim: “não vai passar mais nada aqui, ad referendum sem a nossa deliberação”, eu acho que é organização, gente. Agora uma extraordinária

para discutir ad referendum... Eu acho, nessa altura do campeonato, agora, uma coisa dispensável.

Orlando: Só para esclarecer, presidente, o encaminhamento que a Ana faz não é para discutir ad referendum. Se o conselheiro não tem proposta para mandar para mesa, entendeu... O senhor tem que fazer proposta e mandar para a mesa. A Ana fez uma proposta, que estou reforçando, mas não vamos discutir ad referendum, ad referendum já foi explicado aqui, é um aspecto de origem, nós não vamos discutir ad referendum. O que nós vamos discutir é o porque desse atraso, vamos discutir o porque, para quem é conveniente essa coisa que está sendo colocada, é isso. Quem não tiver vontade de fazer debate de aprofundamento tudo bem, mas é isso que queremos fazer, sem nenhum prejuízo. Agora, se não ter quórum para realizar a reunião extraordinária para aprofundarmos sobre isso, ok, mas aprofundando sobre isso até para nós, sem prejuízo ao usuário, as filantrópicas, dizer para quem está sendo conveniente esse atraso. Não é discussão do ad referendum. Então se você não tem proposta não faça retaliação porque a proposta da Ana não é ato de reverendo.

Luis: Ok, obrigado conselheiro Orlando.

Ana: Senhor presidente, só porque eu fui citada. Tem que respeitar, é um minuto regimental. Eu queria só colocar que quem está chegando aqui não sabe que esse pleno já passou a mensagem para o governo pedindo que não traga ad referendum, viu conselheiro Luis. E que este pleno, se está desorganizado, porque nós ficamos só este ano três a quatro meses sem conselho no estado de Mato Grosso.

José: Obrigado, conselheira Ana. Conselheira Ana, também é regimental que um conselheiro só pode voltar a fala na mesma pauta se for questão de

ordem ou questão de esclarecimento. Quando é questão de ordem, você tem que citar o artigo da questão de ordem porque se refere a regimento. Dúvidas de regimento é questão de ordem. Aí você cita o artigo do regimento que ancora a sua questão de ordem. Pela ordem, conselheira Daniela.

Daniela: Daniela, Federação dos Hospitais Filantrópicos. Eu acato o encaminhamento da dona Ana pelo seguinte contexto, ad referendum é prerrogativa do presidente da mesa, contudo, ele deve encaminhar todos os documentos para que o conselho seja avaliado na comissão e apresentado e deliberado pelo pleno, o que não aconteceu. Então nós solicitamos que a gestão encaminhe a documentação para o conselho, convocando as reuniões das comissões competentes para trazer para o pleno e deliberar. Eu creio que isso é a forma correta.

José: Não há mais inscritos, eu quero falar uma. Como presidente não posso propor nada, mas queria sensibilizá-los. Quebrar o regimento aqui também. Assim, eu tenho uma preocupação com tudo o que vocês colocaram, procede, e temos mesmo que tomar atitude neste sentido. Agora, eu tenho uma preocupação de jogar isso para extraordinária que pode não dar quórum e encerrarmos o exercício e aí não aprovar, nós agudizarmos um problema grave que é a falta de repasse de recurso. Eu queria que me garantisse três minutinhos, por favor. Eu queria propor uma coisa alternativa que talvez atendesse os dois lados. Todas essas questões que a gestão tem colocado para este pleno e que a gente, realmente, não concorda, que apontamos um monte de conflitos nesta relação, isso pode ser tema, pode ser pauta de uma reunião da gente, independente dessas três pautas, nós podemos sim aprovarmos isso aqui e trazer uma pauta para

discutir a relação da gestão com esse pleno. Aí podemos trazer para baila aqui as questões do material que não vem a tempo, o excesso de ad referendum, o adiamento sucessivo da pauta da gestão, ela pauta e não vem debater. Então tem muita coisa nessa relação que podemos discutir. Mas acho que tudo isso independente da aprovação ou não desses repasses, porque reforço, nós vamos estar reprovando repasses de recurso do estado para o município e agudizando um problema que já gritante. Ok? Era a minha ponderação. Não há inscritos então, parece que temos duas propostas na mesa. Proposta do conselheiro Luis que é aprovarmos a pauta 4.5, 4.6 e 4.7. E a proposta da conselheira Ana que é não aprovar isso aqui e jogar essas pautas para uma extraordinária, transferir, perdão, transferir essas pautas para uma extraordinária. É isso, conselheira? Atendidos? Todos contemplados? Quem aprova então... Eu não posso nem submeter aprovação ou reprovação porque tem que submeter primeiro a transferência, o adiamento das três pautas. Porque se aprovar o adiamento, então nós não vamos aprovar ou não. Então submetendo a vocês, quem concorda que a gente não aprove a pauta 4.5, 4.6 e 4.7 agora e transfira isso para uma reunião extraordinária a ser definida ainda a data. Todos esclarecidos? Quem aprova, se manifeste. Quem concorda? Um, dois, três, quatro. Contrários. Abstenções. Pessoal, estamos em dúvida sobre a quantidade. Deu uns valores muito aproximados. Por favor, quem concorda com o adiamento dessas três pautas, jogando ela para uma reunião extraordinária, que se manifeste, mantenha a mão erguida. Sete. Contrários. SES. Abstenções. Então adiada as três pautas, 4.5, 4.6 e 4.7. Elas não serão votadas hoje, serão adiadas para uma reunião extraordinária e nós aí já poderíamos definir a data.

F: Deixa só eu ajudar. Eu queria contribuir com vocês porque senão vocês estão fazendo uma coisa que não tem nem condições de (inint) [02:54:26] até terça-feira, até semana que vem. Depois vem a plenária...

F: Até dia 21 do 11 eles têm que fazer. Até 21 do 11, ou seja, um dia antes da plenária, até. Então eles podem fazer quinta-feira.

José: Uma proposta para a nossa extraordinária no dia 16 de novembro, quarta-feira, é isso? 16 de novembro. Quem concorda com essa data que se manifeste. Contrários. Abstenções. Aprovada então, data de 16 de novembro para a nossa reunião extraordinária. Aí com três pautas, não sei se isso pode. Obrigado.

Lucinéia: Questão de esclarecimento.

José: Conselheira Lucinéia.

Lucinéia: Para a comissão ou para...

José: ...essas três pautas.

Lucinéia: Foi mandado com ad referendum as planilhas, a política inteira, foi mandado. Junto com os ad referendum foi a política inteira, toda a planilha, a distribuição por município, era grandona. Aí precisa mandar de novo? Porque foi mandado. Foi mandado junto com o memorando a política inteira, tudo. Vai precisar mandar de novo.

José: Quero esclarecer também...

Lucinéia: Vai mandar de novo? Mas eles receberam tudo isso que foi mandado? É só uma questão de esclarecimento, gente.

F: Nós encaminhamos um texto de uma resolução ad referendum, se eu não me engano a senhora está se referindo a uma resolução.

Lucinéia: Não, essas duas. A da atenção básica para a (inint) [02:57:18] foi inteira com a política da atenção primária, com a política... E com as planilhas.

F: Então, esse texto foi alterado.

Lucinéia: Não, não foi alterado não.

F: Nós mandamos uma minuta bem mais enxuta e a minuta foi alterada. Então este documento não foi enviado para o conselho.

Lucinéia: Mas o que mandamos para vocês não foi passado para eles? A portaria inteira?

F: Nós recebemos uma minuta de portaria.

Lucinéia: Isso, então, mas não foi passado para eles?

F: Que ia ser publicada depois. O que foi publicado nós encaminhamos. O que está no Diário Oficial encaminhamos, certo?

Lucinéia: Mas na resolução, quando ela foi publicada não foi tudo? Toda a política, a planilha, tudo?

F: A publicação foi, a resolução...

Lucinéia: Isso não foi mandado para eles?

F: A resolução publicada na íntegra foi para os conselheiros, o Diário Oficial inteiro foi anexo.

Lucinéia: Porque o material vocês receberam então.

F: O material não.

Lucinéia: Porque ele está inteiro, na íntegra, com todas as informações, nós mandamos.

F: Nós solicitamos e continuamos solicitando mês a mês a remessa de todo o material necessário para os conselheiros estudarem esse conteúdo. Nós estamos...

Lucinéia: O que já mandamos? Mandar de novo?

F: Todo o material para subsidiar a análise que eles precisam porque só a publicação...

Lucinéia: ... mas aí só pra esclarecer que mandamos todo o material.

F: Só a publicação não esclarece.

José: Ok gente. Que fique registrado em ata então o encaminhamento do material. Pessoal, a pauta 4.8 da assistência farmacêutica no SUS dos municípios de Mato Grosso da conselheira Tânia... A conselheira Tânia se encontra doente e pediu afastamento deste pleno. E o conselheiro Fábio que vai substituí-la. O Fábio não tomou posse, não foi nomeado ainda, está aguardando esse trâmite. E ele pede, então, que essa pauta seja adiada para o próximo mês para ele ter tempo hábil, cumprir todos os requisitos para apresentar essa pauta. Ok? Todos esclarecidos? Em fase de votação, quem concorda com a transferência da pauta, que se manifeste. Contrários. Abstenções. Aprovado. Então, conselheira Fábio, seja bem-vindo, de forma antecipada, em dezembro a sua pauta será discutida. Pauta 4.9, substituição de entidade do SES por não comparecimento, Secretaria Executiva do SES. Apresentação, discussão e deliberação sobre a substituição das instituições, Femab, Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairro. Fetagri, Federação dos Trabalhadores na agricultura em Mato Grosso. SindiMinério, Sindicato das Indústrias Estativas de Minério de Mato Grosso. Eu incluiria aqui algumas entidades

também que não tem mostrado a cara aqui. Mas essas três vieram à pauta. Eu vou passar para a secretária executiva para esclarecimento sobre a pauta, ok?

Lúcia: Só para lembrar que as outras instituições que não estão aqui contemplados, que não foram citados, não estão presentes porque não foram nomeados ainda e já avisamos a instituição e a gestão também, conforme foi lido no expediente relevante que são a Furnas, adolescente e mais outra instituição. Esses que estão aqui, Femab, Fetagri, SindiMinério, são instituições que nós entramos em contato, encaminha documento e não obtém resposta. A Fetagri diz que não pode vir e nunca vem em nenhum dos dois e se manifestou outro dia, através do telefone dizendo que... Eles atendem a ligação, eles recebem os documentos, mas não tem interesse, então eles faltam sem nenhuma justificativa. SindiMinério muito raramente atende ligações, mas também não mostra nenhum interesse. O Femab, nós temos hoje presente na reunião o Edenir que já é conselheiro a bastante tempo representando essa instituição e ele gostaria até de se manifestar para o pleno. Os outros, conforme o regimento interno precisa se passar pela aprovação do pleno, pela deliberação do pleno, se vai abrir depois um fórum ou uma forma de substituir essas instituições. Não sei o supremo vai aprovar a fala do Femab, que é o senhor Edenir, aí eu passo para o presidente conduzir para o pleno fazer essa deliberação referente a essas instituições.

José: Em fase de discussão. Pela ordem, discríção, conselheiro Orlando. Perdão, Edenir.

Edenir: Boa tarde, companheiros, presidente. Estamos aqui enquanto conselheiro representando a Femab e justificando a ausência da federação

nessas reuniões que passaram. Nós mandamos um manifesto nosso oficial para o conselho, um ofício, justificando a nossa ausência. Eu estou conselheiro neste conselho representando a federação há seis anos. E sempre fomos parceiros, sempre estivemos defendendo o Sistema Único de Saúde porque acreditamos no SUS. E o motivo que nos traz aqui é argumentar a ausência da federação que passa por dificuldades financeiras, ela está inclusive fechada hoje. Mas a minha ausência foi por motivo de força maior. Nós afastamos da federação o ano passado, porque passamos por um problema de ordem pessoal. Estive com a minha mãe internada em Cuiabá, em São Paulo, em uma luta durante sete meses, que infelizmente no mês retrasado ela foi a óbito. Então esse foi o motivo de nós não estarmos aqui. Tão logo soubemos que a nossa instituição perderia a cadeira neste conselho, nós nos propusemos, dentro das nossas limitações, ainda passando pelo trauma da perda de alguém, que eu acho que alguém já deve ter passado por isso aqui, mas viemos imediatamente manifestar o nosso interesse, o interesse da nossa instituição em continuar participando deste conselho. Então viemos aqui pedir a sensibilidade dos companheiros, pedir a sensibilidade desse pleno no sentido de rever essa situação, essa propositura da retirada da nossa cadeira. Então eu coloco apreciação dos companheiros. Eu sei que às vezes é injustificável porque temos uma suplente, mas que também sem condições de vir aqui. A nossa instituição hoje está passando por sérias dificuldades, o presidente nos colocou aqui vir a falar. Eu quero lutar, estou aqui porque tenho interesse em continuar representando o segmento do usuário aqui nesse pleno, e temos interesse, na verdade, em continuar lutando pelo SUS que acreditamos. Por isso eu peço de vocês a apreciação dessa solicitação. Muito obrigado, senhor presidente.

José: Conselheiro Orlando.

Orlando: Orlando segmento do usuário. Primeiro aqui apoiar a defesa da permanência da Femab. E com relação as demais entidades... E tem mais, viu? Deveríamos estar incluindo mais entidades aqui que estão se omitindo. E aí presidente, é o seguinte, já troquei ideia aqui com a doutora Flávia, e eu tinha essa preocupação de tornar público, inclusive no Diário Oficial dessas duas entidades aí, que elas já devem ser substituídas, mas a doutora Flávia está dizendo que não há necessidade. Na realidade nós vamos ter um prazo mínimo aí, melhor dizendo, um prazo máximo de cinco dias para que elas se manifestem e a partir daí elas serem substituídas. E já indicar outras entidades que possam ocupar essas... Porque as três são segmento usuário, já indicar outras entidades que possam compor o conselho. É óbvio que não vamos querer definir o nosso perfil, passar para quem, de qual perfil. Mas aí a Ana estava até citando aqui a OAB. A OAB, que é também uma instituição, na minha avaliação ainda, eu entendo ainda um pouco simples a minha avaliação, se realmente a OAB tem uma representação social, de entidade, entendeu? Não sei. Mas a Ana já está propondo, inclusive, o nome da OAB como uma das que poderia estar substituindo a Fetagri ou então o SindiMinério, já que a Femab vai permanecer, pelo menos eu defendo também que permaneça. Mas que tenhamos nesse prazo de cinco dias, a partir de cinco dias, substituir então essas duas entidades. Seria isso.

José: Obrigado, conselheiro Orlando. Conselheiro Edvande.

Edvande: Também quero aqui defender a permanência da Femab que veio aqui justificar, até porque a Femab tem tradição aqui, o colega ali nunca faltou, eu estou aqui neste conselheiro há muito tempo, já foi conselheiro outras vezes aqui. E tem uma atuação perfeita. Como ele justifica a doença

da sua mãe, na qual veio falecer, eu defendo dar essa chance para a Femab que está aqui, justificando o porquê não compareceu nesse período. Obrigado.

José: Conselheiro Mário.

Mário: Mário Lúcio da Associação Mato-grossense de Deficiente. Eu concordo e defendo a permanência da Femab, mas também eu acredito que nós precisamos quando a substituição de entidades aqui deste pleno, nós fazemos a chamada pública. Chamada pública que o conselho se manifeste para que se a Apae, (inint) [03:08:26] Femab, Fetagri, universidade, OAB, Crea, se manifestem para que venham para este pleno e passe por um crivo nesse pleno e esse pleno acolhe aquela que mais nós precisamos aqui dentro. E é mais democrático do que ficarmos indicando entidades, certo? Então essa é a minha sugestão, que façamos uma chamada pública da vaga no conselho. Antes de substituir. Não, substituindo, abriu vaga, façamos chamada pública, manifeste as entidades que tem interesse de vir participar. Que passe pelo crivo do conselho, lógico. Exatamente.

José: Ok. Não havendo mais inscritos para discussão, se eu compreendi tem apenas o encaminhamento de que mantem a Femab, abre-se as duas vagas do SindiMinério e o Fetagri e faça chamada pública para essas duas vagas. É isso? Está correto? Conselheiro Orlando.

Orlando: Permita, presidente. Pela conversa que eu tive com a doutora Flávia, uma orientação até jurídica, que seria, não é doutora Flávia, pelo menos cinco dias, para que tanto a Fetagri quanto a SindiMinério possa se manifestar. Isso já foi feito. Ok.

José: Todos esclarecidos? Conselheira Ana.

Ana: Eu fico feliz de você retornar com vontade de participar, principalmente das comissões que estão em vacância e que traga o seu suplente para participar. Porque cada suplência que participa é mais voz.

José: É, lembrando que por força do regimento, três faltas não justificadas já justifica a substituição da entidade. Então assim, amparados em lei nós estamos demais, porque foram mais do que três faltas. Todos esclarecidos. Fase de votação. Quem concorda com a proposta que se manifeste. Contrários. Abstenções. Aprovado então. A secretaria tomará todas as providências para a chamada pública e substituição das entidades. Então, que maravilha. Antes de encerrar nossa reunião e abrir para os informes, nós estamos com uma pauta, pela primeira vez, esvaziada para a reunião de dezembro, por enquanto, e eu queria fazer três encaminhamentos, presidente não pauta nada, mas eu tenho três preocupações que eu peço que se esse pleno analise se a gente não pode pautar isso para dezembro. A questão do Sisreg é gritante, a questão da PPI é gritante e a questão da Coap, que a gestão não se manifesta sobre esses três problemas e eles têm impactado de forma negativa a saúde de Mato Grosso. Eu acho que seria uma propositura da gestão vir para este pleno para discutir a estagnação, a inanição diante dessas três questões. Se não há interesse, se não é estratégia da gestão, se é incompetência, incapacidade ou vontade política, mas que a gestão venha para discutir essas três pautas aqui. Conselheiro... Informe. Só um minutinho que entramos na fase de informe. Conselheira Ana.

Ana: Ficou do (inint) [03:12:54] para trás.

José: As pautas que não foram discutidas automaticamente vão para dezembro.

Ana: Foi pedida a deliberação da plenária da mulher, para pautar também.

José: Isso, o que já foi encaminhado vai. O que eu estou...

Ana: Pedido aqui, hoje.

José: O que eu estou propondo é que pautemos essas três questões também.

Ana: Eu concordo e acho ótima a pauta.

José: Todos esclarecidos?

Ana: Eu gostaria, antes de encerrar, seu presidente.

José: Não encerramos, a gente tem que votar. Todos concordam com essa pauta? Porque tem que constar em ata, conselheira, que se manifeste, por favor. Que a gente pautem para reunião ordinária de dezembro, Sisreg Coap e PPI. Esclarecidos? Quem aprova que se manifeste? Contrários. Abstenções. Aprovada a pauta para dezembro. Informes. Conselheiro Fábio.

Fábio: Fábio, Conselho Regional de Farmácia. Seria a pauta também, sugestão de pauta, a vigilância sanitária do estado. É um ponto crítico hoje e o governo não dá importância para a vigilância sanitária. Tem segmentos que dependem da vigilância sanitária e não tem o profissional lotado para executar a função dele. Então eles ficam presos, ou outro profissional exercendo ilegalmente a profissão deles, por falta do interesse do governo. Obrigado.

José: Vou sugerir, conselheiro Fábio, que você encaminhe por escrito, porque aí já dá tempo da sua nomeação e a pauta fica... A gente atende todo o critério burocrático. Aí você coloca na sua proposta qual realmente é a preocupação da vigilância. Ok? Informes, conselheira Daniela.

Daniela: Daniela, Federação. Eu quero informar a questão do movimento da paralisação dos hospitais filantrópicos, que está caótica no estado. A questão mesmo é o déficit financeiro, nós estamos rodando os cinco hospitais com um déficit mensal de três milhões 611 mil já constatada e auditado pela empresa Planiza. E estamos tentando uma negociação com o governo do estado, já que o município se posicionou que ele não tem recurso para investir na saúde. Então nossa situação está caótica. Nós estamos dois meses sem receber UTI, dia 20 vence o terceiro mês e não temos definição de quando o estado vai fazer um repasse do que ele já nos deve e nem proposta de uma futura inserção de custeio desses déficits, era isso.

Orlando: Orlando, Sintep, Segmento usuário, primeiro dizer que, como informe pessoal, nós estamos acompanhando pela mídia, mas nós, enquanto trabalhadores e geral, não temos que ficar nos identificando, se é trabalhador, homem ou mulher, se é sindicalizado ou não, se é educação, se é saúde, mas todos e todas os trabalhadores no dia 11 para nos manifestarmos a retirada de direito. Então é importante socializarmos o informe. E outra é reforçar o que a companheira acabou de falar sobre as filantrópicas. Eu tinha solicitado como expediente relevante, mas eu fui atender uma ligação da polícia, estava até com medo de ser preso, mas não era para prender não, para falar sobre o dia 11 e quando eu voltei já tinha encerrado o expediente relevante. Eu acho que essa questão aí das

filantrópicas, eu proponho aqui que a gente aprofunda. E se for preciso... Aliás, se for não, é preciso uma auditoria, nós temos que fazer uma auditoria. Cadê o Edvande, saiu? E a Comissão de Planejamento e Orçamento tem que ficar atento a isso porque vai sobrar inclusive para o conselho. Olha, o que eu tenho observado com relação ao atendimento das filantrópicas, inclusive considerando o número das UTI, a Beth até colocou isso, o número das UTIs que deviam estar à disposição do público está no privado. E as filantrópicas podem nos ajudar inclusive nessas informações. Por isso essa auditoria vai relatar isso. Eu acho que é importante reforçar esse informe que a companheira está trazendo, dialogarmos sobre isso, porque isso não pode mais ficar apenas na vontade de uns ou de outros, acho que nós temos que abraçar essa causa porque o público e depois as filantrópicas é que tem que atender a demanda do SUS. Porque as PPPs estão vindo aí com força. Aliás, há uma cooperação técnica que a própria Organização Mundial da Saúde comeu mosca naquela audiência, naquele debate. Eu conversei inclusive com a representante da organização mundial social. Falei: “olha, o estado de Mato Grosso não tem política pública de saúde, aí vocês vêm com essa de defender as PPPs na saúde?”. Então acho que é isso que temos que aprontar. Não sei se cabe ainda aprovarmos aqui na nossa reunião, porque não está pautado, não é Ana? Mas que seja pautado na reunião de dezembro, que solicitemos uma auditoria do SUS sobre esta questão, que para mim isso aí está mal explicado.

José: Conselheira Ana.

F: Ana, só para eu dar um retorno. Foi feito um levantamento de 2015, o primeiro semestre de 2016 pela empresa Planiza. Foi até uma empresa indicada pelo estado. Eu posso estar disponibilizando o material que foi

levantado no e-mail do conselho e a Lúcia dispara. Pode ser? Eu vou fazer isso, obrigada.

José: Lembrando também que o TCE aprovou auditoria nesses repasses, então já está existindo uma auditoria também no TCE.

Ana: Ana Boabaid. Esse momento que discutimos, o Orlando cita que após o estado tem que ser as filantrópicas na Lei 8.142, mais que correto. E nós falamos em política de saúde em Mato Grosso, Luis Soares, que não existe. Eu queria só relembrar aqui e procurar qual encaminhamento será dado para as deliberações desse pleno que estão no Ministério Público desfavorável, quer dizer, aqui esse pleno o ano passado aprovou a metodologia OS e depois revogou. E o governador Silval Barbosa não homologou e está no Ministério Público até hoje, desde 2012. E o atual governo mantém as OS, usando uma resolução que não condiz com a resolução deste pleno. Eu acho que uma das pautas que nós temos que ter para essa próxima reunião também é chamar o Ministério Público para explicar o que ele fez com a resolução do Conselho Estadual.

José: Ok, conselheiro, só reforçando que tem duas propostas de pauta, que passe por escrito e encaminhe para o conselho. Conselheiro Mário.

Mário: Na verdade, quero fazer um convite a todos os conselheiros, que visite o site da Ande, [www.amdmt.org.br](http://www.amdmt.org.br). Importante para nós porque de lá nós vendemos o nosso produto e também passamos as informações do que está ocorrendo a nível de pessoas com deficiência no estado de Mato Grosso e no Brasil. E a visita dos conselheiros no site para nós é de muita importância e, principalmente, aqueles que puderem deixar a sua opinião para que possamos melhorar.

Ana: Senhor presidente, eu queria lembrar aqui que nós tivemos perda este mês de uma ex conselheira, esposa do conselheiro Basan. E eu acho que esse conselho, no decorrer dos anos, dos últimos anos que estou acompanhando, as pessoas que sentam aqui lutam pelo SUS, falecem e esse conselho não se manifesta em nada. É muito triste isso. E eu acho que no mínimo nós precisamos fazer moção, ela tem dois ou três filhos, que ela já está no seu, com certeza, que fez boa defesa pelo SUS aqui e que nós façamos uma moção de aplauso para que seja entregue principalmente para os filhos. E que façamos um minuto de silêncio.

José: Ok, conselheira Ana. Obrigado a todos. Não havendo mais pautas a discutir, nós encerramos a reunião agradecendo a presença de todos. Conselheiro Orlando.

Orlando: É isso?

José: É, acho que acolhemos por força de regimento, tudo o que vem para aprovação tem que ser pautado e aí submete ao pleno. Mas face ao assunto, nós acolhemos a moção e a secretaria se responsabiliza para encaminhar. Ok? E que conste em ata a aprovação da moção de apoio. Obrigado a todos. Tenham uma boa semana.

[03:23:56]



# audiotext

**Audiotext Serviços e Cia. LTDA**

**CNPJ: 17.429.373/0001-85**

(41) 3363-3220

[falecom@audiotext.com.br](mailto:falecom@audiotext.com.br)

[audiotext.com.br](http://audiotext.com.br)